



Anais da Assembleia

Nº 138

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 112.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1991

(QUARTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademir Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademir Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Mário Bezerra, Nilton César e Ovídio Constantino (04). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio e Eurides Moura (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Senhor Presidente.

Os Deputados da Bancada do PDT que o presente subscrevem, designam, para ocupar

a liderança da sua bancada neste Parlamento Estadual, o Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo.

Outrossim, solicitam providências da Mesa Executiva no sentido de exonerar todos os ocupantes dos cargos em comissão - até a presente data - destinados a dar suporte à liderança partidária do PDT.

Comunicam que a liderança ocupará o gabinete nº 01 do Anexo desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(aa) ALBINO CORAZZA

EMÍLIA BELINATI

ALGACI TÚLIO

RAFAEL GRECA DE MACEDO

OFÍCIO Nº 151/91 OJC/PT

Senhor Presidente.

Vimos por intermédio deste, justificar nossa ausência nas sessões ordinárias dos dias 23 e 24 de outubro - quarta e quinta-feira desta semana - em função de um acidente ocorrido com meu filho caçula.

Em anexo, atestado médico.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

"CLÍNICA SÃO JUDAS TADEU

Rua José Cleto, 74 - Fones: (0465) 36-1434

36-1694

85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

ATESTADO

Para os devidos fins, que encontra-se sob meus cuidados profissionais o menor Felipe Constantino, que sofreu queimaduras de 1º e 2º graus nos membros inferiores, no dia 15.10.91.

(a) Dr. Artidoro B. Moral
CRM 3959"

OFÍCIO Nº 368/91/GDBZ

Senhor Presidente.

Impossibilitado de comparecer às sessões plenárias desta Casa, nos dias 14, 15, 16 e 17 do corrente mês, em virtude pelo cumprimento de visitas a vários municípios de minha região eleitoral, inclusive representando este Poder nas instalações de Juizados Especiais de Pequenas Causas pelo Poder Judiciário, nas Comarcas de Paranacity e Colorado.

Venho na forma regimental, solicitar a Vossa Excelência que se digne determinar que sejam abonadas minhas faltas às sessões acima referidas.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

OFÍCIO LCM/AL/1886/91

Senhor Presidente.

Permita-nos retornar à presença de Vossa Senhoria, com a finalidade de justificar nossa ausência, na sessão realizada dia 16 de outubro passado, ocasião em que estávamos, juntamente com lideranças comunitárias, mantendo uma série de contatos com autoridades estaduais, visando o encaminhamento de soluções para vários problemas trazidos por estas lideranças.

Ao ensejo, certos de suas costumeiras providências, antecipamos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2804**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER REGIME DE URGÊNCIA para a Mensagem n° 107/91, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER REGIME DE URGÊNCIA para a Mensagem n° 101/91, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa, os imóveis de propriedade do Estado, conforme especifica, com as benfeitorias neles existentes.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2813

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após a prévia consulta deste douto Plenário, a apreciação do Projeto de Lei n° 432/91, em REGIME DE URGÊNCIA.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) RENATO ADUR

Obs.: O projeto em questão retifica as divisas do Município de Mato Rico.

REQUERIMENTO N° 2815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno. REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à TV Paranaense - Canal 12, pela passagem do seu 31° Aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A telecomunicação brasileira insere-se entre as primeiras do mundo, gozando de elevado conceito internacional. Neste contexto a telecomunicação paranaense desfruta também de privilegiada posição, destacando-se com invulgar evidência a TV Paranaense - Canal 12, somatória de diversos fatores essenciais que a colocam na vanguarda não somente como empresa de comunicação mas no sentido mais amplo do conceito de empresa prestadora de serviço.

A TV Paranaense representa o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo e de investimento, contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico. Alta tecnologia aliada à capacidade criativa dos recursos humanos sob a eficientíssima capacidade gerencial, resumem os fatores de sucesso da emissora, líder da Rede Paranaense de Televisão, cobrindo todo o território do Paraná, levando a todos os paranaenses a informação, o entretenimento, a cultura - ao mesmo tempo irradiando para os demais Estados da Federação a imagem real do nosso Estado.

É, portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 31° aniversário da TV Paranaense - Canal 12. A este júbilo o Poder Legislativo se associa como representante do nosso povo.

REQUERIMENTO N° 2803

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações à população de Clevelândia pela realização da magnífica XIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL

e XIII EXPOSIÇÃO FEIRA DE ANIMAIS, naquela cidade no período de 14 a 21 do corrente.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Antonio Selo Bortolini, ao Vice-Prefeito Senhor Jenyr Crestani, bem como aos Excelentíssimos Senhores Vereadores de Clevelândia para que transmitam a todos os segmentos da sociedade, o registro da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Clevelândia viveu mais uma semana de grande júbilo para sua população e para seus administradores, com a realização da XIX Exposição Agropecuária e Industrial e XIII Exposição Feira de Animais, realizada no período de 14 a 21 do corrente, no Parque de Exposições "Portal do Sudoeste" daquela cidade.

Com a participação dos pecuaristas, da classe empresarial, bem como de toda a comunidade de Clevelândia, foi realizada mais uma Exposição Agropecuária e Industrial e Feira de Animais, que tornou-se tradicional na região Sudoeste do nosso Estado, sendo inclusive um fato reconhecido em todo o território do Paraná, tanto pelo meios de comunicação que fizeram a cobertura jornalística quanto pelas entidades empresariais participantes.

Mais do que uma exposição, foi um ponto de negócios, centro de decisões, que coloca em relevo não somente a agropecuária paranaense, mas também a capacidade de nossos empresários do setor bem como a visão de seus organizadores.

O volume de comercialização em cruzeiros superou de largo às mais otimistas expectativas, mas isso é apenas um dado importante, sem dúvida, mas a ele devem ser acrescidos outros dividendos.

A XIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e a XIII EXPOSIÇÃO FEIRA DE ANIMAIS, representam o estímulo e o incremento não apenas à pecuária, mas ainda aos segmentos mais diversificados. Junte-se a isso os setores de produtos e serviços que também participaram e evoluíram, por decorrência, no entanto o grande centro de decisões das discussões e dos debates, foi realmente na Exposição.

Em suma, toda a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho de seus organizadores, pois o sucesso da Exposição é o resultado da organização e do apoio da classe produtora que responderam a altura, em que pesem os percalços circunstanciais.

Está de parabéns toda a população de Clevelândia, está exultante de alegria e contentamento o Senhor Prefeito Municipal, o Senhor Vice-Prefeito, os Senhores Vereadores.

a Comissão Organizadora e demais autoridades do Município, mais jubilosa, incomparável está a classe empresarial da região.

Portanto, é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de todos os paranaenses.

REQUERIMENTO N° 2806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR, Macrício Requião, expediente solicitando a construção de salas de aulas na Escola Presidente Kennedy, na localidade de Ribeirão de Cima, no Município de Teixeira Soares.

Consustanciado na iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Antonio Acordi Filho, tal reivindicação é de tamanha importância, haja visto o crescimento constante da clientela estudantil naquela localidade, não havendo portanto a contrapartida por parte do Estado, no sentido de aumentar o espaço físico para atender tais demandas.

A construção das anteditas salas de aulas, irá atender uma reivindicação antiga da comunidade, bem como irá equacionar os problemas concernentes à área de educação, naquela Região.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, Paulo Cordeiro, expediente solicitando a instalação de 01 telefone comunitário na Escola Francisco Estroparo e 01 telefone também comunitário na Escola Luiza Zarpellon Pinto, localizadas no Município de Irati.

Fundamentado na iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Orlando Aguilhan Junior, tal postulação se faz com inteira procedência haja vista a necessidade constante por parte daquelas instituições de ensino, no sentido da comunicabilidade com os demais órgãos da Administração Pública, com vistas a viabilizarem suas atividades educacionais e administrativas.

Outrossim, destacamos que não existe até a presente data, nenhum tipo de comunicação telefônica naquelas Escolas.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente a todos os Deputados Federais, solicitando que não aprovem o Projeto de Lei nº 2752, de autoria do Deputado Max Rosenmann, com substitutivo do Deputado José Egydio.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O direito à saúde do cidadão brasileiro é confundida com o direito ao consumo de drogas (medicamentos). As farmácias no Brasil têm a livre iniciativa comercial, exercendo indiscriminadamente e criminosamente a "empurroterapia". Hoje, qualquer cidadão compra os mais diversos medicamentos sem nenhum controle.

O direito à saúde pressupõe que o Estado é obrigado ao controle rígido de tudo que pode ocasionar agravos à mesma. Este controle é fraco, seja na área de Vigilância Epidemiológica ou Sanitária.

Como drogas (medicamentos) podem atuar como agravo para a saúde é que existe uma lei obrigando a permanência por tempo integral de técnico farmacêutico nas farmácias. Algumas não a cumprem. Quando se espera que um legislador fiscalize e obrigue o cumprimento da lei, o mesmo apresenta um projeto relaxando de controle a grande maioria dos estabelecimentos que vendem drogas. Por isso pedimos a manifestação desta Assembléia Legislativa contrária a este projeto.

REQUERIMENTO Nº 2812

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, solicitando o cumprimento do acordo firmado entre os Servidores Federais e o Ministério da Educação, que previa o pagamento, por parte do Governo Federal, do mesmo reajuste salarial concedido aos Servidores das Universidades Federais aos Servidores das Escolas Técnicas Federais, acordo este que pôs fim a uma paralisação de mais de cem dias e que poderá ser retomada caso o Governo Federal não cumpra com sua parte do acordo.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2820

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, envio de expediente ao Senhor Mário Pereira - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfal-

tamento do trecho de aproximadamente 10 quilômetros da estrada Coroados, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária para dar maior escoamento da riqueza ali existente e além de beneficiar várias propriedades daquela região, que fazem o engrandecimento do Estado do Paraná, bem como, estaremos assim atendendo uma antiga reivindicação da Associação dos Produtores Rurais - APROCOR, da referida região.

REQUERIMENTO Nº 2821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da República, Senhor Fernando Collor de Mello, solicitando urgentes medidas no sentido de determinar, com urgência, medida que atenda aos legítimos interesses dos aposentados e pensionistas, ante a negativa da Previdência Social em pagar corretamente o reajuste do benefício do mês de setembro, em total descumprimento de norma constitucional.

Requer outrossim, da decisão seja dada ciência ao Excelentíssimo Ministro do Trabalho e Previdência Social, Senhor Antonio Rogério Magri.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O Ministério do Trabalho baixou a portaria nº 3485, reajustando os benefícios dos aposentados e pensionistas em 54,60% correspondente a variação da cesta básica de março a agosto, quando na verdade, o correto seria de 147,06%, o mesmo percentual do salário mínimo naqueles meses.

Este percentual - 147,06% - é adquirido constitucionalmente, segundo o Art. 201, § 2º da Magna Carta e Art. 58 das Disposições Transitórias.

O Art. 146 da Lei 8.213, igualmente determina a incorporação do abono de agosto de 54,60% ao benefício de setembro mais a variação do INPC de março a agosto, que ficou em 79,95%.

Considere-se ainda, uma vez atendida a presente solicitação, evitar-se-ão gastos e demandas desnecessárias na Justiça, a qual, por certo, determinará o cumprimento da norma constitucional ferida, sem olvidar ainda, um desgaste da esfera Governamental.

Projetos de Resolução:

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Especial Suprapartidária para, na forma do artigo 21 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, promover a revisão de todas as doações, vendas e concessões de imóveis públicos rurais e urbanos, concretizados no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º - A Comissão será composta de 9 (nove) Deputados e respectivos suplentes, indicados pelas bancadas partidárias com assento na Assembléia Legislativa e nomeados pela Mesa.

§ 2º - A indicação dos integrantes da Comissão Especial deverá ser feita pelas respectivas bancadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da publicação desta Resolução, sendo que expirado este prazo a indicação se dará, de ofício, pelo Presidente da Mesa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º - Os membros da Comissão elegerão um Presidente e um Relator dentre seus Pa-
res.

Art. 2º - Os critérios para revisão de que trata o "caput" do artigo anterior serão:

I - o de legalidade da operação no to-
cante às vendas;

II - os de legalidade, de conveniência do interesse e destinação legal nos casos das concessões e doações.

Art. 3º - Além dos poderes amplos permitidos por Lei em matéria dessa espécie, asseguram-se à Comissão Especial criada por esta Resolução mais os seguintes:

I - livre acesso aos arquivos e documentos das entidades e órgãos públicos estaduais e municipais, dos cartórios de registros públicos, definido ou solicitado por qualquer Membro da Comissão;

II - requisição de funcionários dos Três Poderes do Estado, burocráticos ou técnicos, especialmente na área do direito, fotointerpretação, topografia, agronomia, serviço social, arquivista, história e museu;

III - liberdade para convocar e intimar testemunhas, autoridades e ex-autoridades para prestação de depoimentos ou esclarecimentos de atos que deram origem a alienação ou doação de bens;

IV - poderes para promover abertura de processos administrativos tantos quantos necessários se fizerem, designar funcionários para compor Comissões e presidi-las, determinando prazos para sua conclusão;

V - requisição de força policial, oficiais de justiça, Ministério Público, dentro de suas finalidades e poderes, desde que o ato ou o fato assim exija;

VI - liberdade para diligenciar, deslocar-se ou fazer-se presente em qualquer localidade que por força de ofício assim exija.

Art. 4º - Na medida em que, comprovadamente, for encontrada irregularidade ou ilegalidade do ato administrativo que gerou doação, venda ou concessão de bem, a Comissão encaminhará o Processo à Procuradoria Geral do Estado para o procedimento judicial de anulação e/ou adota medidas saneadoras de caráter disciplinar e administrativo.

Parágrafo Único - Simultaneamente, cópia autenticada do processo a que alude o "caput" deste artigo será entregue à Procuradoria Geral de Justiça para que determine a competente instrução da Ação Criminal.

Art. 5º - As terras revertidas ao Patrimônio do Estado, por força do trabalho da Comissão Especial criada por esta Resolução, serão destinadas ao cumprimento dos objetivos prescritos no artigo 156, § 8º da Constituição Estadual.

Art. 6º - O prazo para total revisão fica estabelecido em 18 (dezoito) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses mediante justificativa circunstanciada à Mesa.

Art. 7º - Finalizando os trabalhos a Comissão elaborará relatório circunstanciando das medidas tomadas e o encaminhará à Mesa, que deverá submetê-lo à apreciação do Plenário.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução que ora apresentamos visa implementar a exigência constitucional estabelecida no artigo 21 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Mencionado dispositivo, inclusive, mandava se instalasse a Comissão no prazo de noventa dias a contar da promulgação da Carta Magna Estadual.

Tendo sido o constituinte bastante claro e objetivo, propugnando a revisão de todas as doações, vendas ou concessões de imóveis públicos rurais e urbanos num prazo certo, iniciamos o processo que culminará na medida preconizada.

Na elaboração do presente Projeto de Resolução, buscamos sanar a preocupação relativa às condições de trabalho e da infra-estrutura necessária para que os Parlamentares membros da Comissão possam executar a exaustiva tarefa que se lhes delegará. São 24 anos a serem analisados. Milhares de processos de concessão, venda ou

doação de terras públicas, urbanas e rurais. Indispensável dotar a Comissão das prerrogativas constitucionais tanto no aspecto jurídico quanto nos aspectos políticos e administrativos relacionados não só às suas atribuições quanto à requisição de assessorias junto aos Poderes do Estado.

Entendendo que o resultado final deste trabalho será marcado, acima de tudo, pela justiça, embasado nos critérios da legalidade e do interesse público, contamos com a aprovação unânime do presente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 066/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica, a sala que abriga o Setor de Almojarifado, denominada de DUÍLIO DIAS.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento: Ademar Traiano, João Arruda, Orlando Pessuti, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Através deste Projeto de Resolução, pretendemos prestar justa homenagem a um homem que dedicou parte de sua vida como exemplar servidor deste Poder Legislativo.

Duílio Dias, nascido em Ponta Grossa, no dia 02 de outubro de 1935, filho de Frederico Dias Júnior e Dona Celmira Dias. Faleceu nesta Capital no último dia 03, deixando viúva Dona Rossi Ferreira Dias, dois filhos e cinco netos.

Duílio Dias, além de exemplar chefe de família, funcionário dedicado, exerceu por longos anos a chefia do Setor de Almojarifado desta Casa de Leis. Aposentado pelo Decreto n° 574/87 de 19.10.87.

Como esportista, foi um dos maiores artilheiros do futebol paranaense. Ex-centroavante do Coritiba Futebol Clube, que em sua época, marcou uma trajetória maravilhosa, sempre aplaudido por todas as torcidas deixando como seu seguidor o filho Duílio Júnior que hoje milita no futebol português.

No futebol, Duílio Dias começou numa tarde de 1954, no velho estádio de Vila Oficinas, em Ponta Grossa. Revelado no

Operário - Ferroviário, Duílio teve o seu passe adquirido pelo Coritiba naquele ano e, para suas despedidas, foi acertado um jogo amistoso. Ele jogou pelo Operário - Ferroviário no primeiro tempo e pelo Coritiba no segundo, caracterizando sua transferência, conforme o romantismo da época. O jogo terminou empatado em 1 a 1, marcando Hélio Dias, irmão de Duílio, no primeiro tempo para o "Fantasma dos Cam-

pos" e, o próprio Duílio, para o Coritiba, no segundo tempo.

Alto, forte, valente, com caráter de competidor, bom cabeceador e dono de uma patada demolidora, logo se consagrou como goleador no Alto da Glória. Formou naquele que considerava o maior ataque já formado pelo Coritiba em todos os tempos: Miltinho, Ivo, Duílio e Ronald. Os adversários estremeciam quando eles entravam em campo com a camisa branca, com o globo simbólico verde sobre o coração e os calções negros, lembrando o antigo uniforme da seleção alemã. Foi a forma encontrada de identificar o clube com a pátria de origem da maioria dos seus fundadores.

Quantos gols, quantas alegrias, quantos títulos de campeão.

Só os feitos positivos podem marcar a presença do homem na vida. Passam-se os anos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa soltado pela família e pelos amigos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 479/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná a JOAQUIM DOS SANTOS FILHO.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

JOAQUIM DOS SANTOS FILHO, paranaense de Bandeirantes, onde nasceu em 27.01.1933, é advogado e economista, formado em Faculdades da Capital paranaense. Seus estudos secundários foram feitos em Jacarezinho, onde granjeou respeito, admiração e o carinho de todos.

É um dos sócios proprietários do Sistema Sul de Comunicações, que engloba a "TV Independência" e "Rádio Independência AM", com sede em Curitiba e vários outros veículos coligados em todo o Interior do Estado.

Tem larga experiência empresarial, resultante de cargos importantes que ocupou ao longo de sua vida.

Desde 1954 que atuou na área pública, tendo ocupado várias funções de destaque como: Procurador do Estado do Paraná; Diretor do IBC; Secretário de Estado dos Negócios do Governo; membro do Conselho do BRDE; dirigente da Caixa Econômica Federal, inicialmente como Diretor de Recursos Humanos e depois como seu vice-Presidente de Operações.

Político atuante, teve dois mandatos

como Deputado Federal, de 1975 a 1979 e de 1983 a 1986, não tendo pleiteado a reeleição após o seu primeiro mandato.

É paranaense de escol, de vida pública íntegra e transparente e nosso projeto de lei, concedendo-lhe o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, se reveste da mais legítima justiça!

Estamos juntando um "Curriculum Vitae" completo do Doutor Joaquim dos Santos Filho.

"JOAQUIM DOS SANTOS FILHO
Curriculum Vitae

1. DADOS PESSOAIS

Nome: JOAQUIM DOS SANTOS FILHO

Data de Nascimento: 27.01.1933

Local: Bandeirantes - PR

Estado Civil: Casado

Nome da Cônjuge: REGINA MARIA MAGALHÃES DOS SANTOS

Endereço Residencial: R. Fernando Simas, 357 - Ap. 601 - Fone: (041) 232-3134 - Curitiba-PR

Endereço Comercial: R. Bruno Filgueira, 1600 - Fone: 222-6336 - Curitiba - PR.

2. DOCUMENTAÇÃO

Carteira de Identidade: 214.829/PR

Insc. OAB: 2.582/PR

Título de Eleitor: 000558030663 -

1ª Zona - Seção 87

CPF: 005.051.299/49

Carteira Nac. de Habilitação: 032306635

Número de Registro: 51.175.955-0

Certificado de Reservista: 178070

3. ESCOLARIDADE

Primário: Grupo Escolar Manuel da Nobrega - Bandeirantes - PR

Ginásio: Colégio Cristo Rei - Jacarezinho - PR

Científico: Colégio Rui Barbosa e Colégio Estadual do Paraná - Jacarezinho e Curitiba - PR

Superior: Advogado - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

Economista - Faculdade Plácido e Silva - Curitiba-PR

4. FUNÇÃO E CARGOS DESEMPENHADOS

Oficial Gabinete Sec. Viação e Obras Públicas - PR - 1954;

Oficial Gabinete Sec. Agricultura - PR - 1957;

Oficial Gabinete Sec. Fazenda - PR - 1958 a 1960;

Procurador do Estado do Paraná - Aposentado;

Chefe do Escritório de Representação do Estado do Paraná junto ao Gov. Federal - Rio de Janeiro - 1966;

Diretor do Instituto Brasileiro do

Café - 1968;

Secretário de Estado dos Negócios do Governo do Estado do PR - 1969 a 15 de março de 1971;

Representante do Governo do Estado do Paraná no Conselho do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - 1969 a 15.03.1971;

Representante do Governo do Estado do Paraná no GERCA - Grupo de Erradicação e Renovação da Cafeicultura - 1969 a 15.03.1971;

Deputado Federal Legislatura 1975 a 1979;

Deputado Federal Legislatura 1983 a 1986;

Diretor de Recursos Humanos e vice Presidente de Operações da Caixa Econômica Federal - 1987 a 1989.

5. FUNÇÃO E CARGOS ÁREA PRIVADA

Presidente Metalgráfica Iguazu - Ind. Embalagens Metálicas - 1971 a 1974 - Ponta Grossa - PR;

Presidente Seguradora Pátria de Nova Pátria - 1971 a 1976 - Curitiba - PR;

Diretor Geral Atlântica Boa Vista de Seguros - 1979 a 1981 - Rio de Janeiro - RJ;

Diretor Presidente Tricenfo - Máquinas e Equipamentos para Escritório - Manaus - São Paulo - 1986;

Diretor Casa Perine - Importadora e Exportadora - Curitiba - PR - 1989 - Permanece;

Atualmente: Sócio Proprietário do Sistema Sul de Comunicação - TV e Rádios - Curitiba - Cornélio Procopio - Maringá e Guarapuava - PR.

Curitiba, 23 de maio de 1990

(a) JOAQUIM DOS SANTOS FILHO

PROJETO DE LEI Nº 480/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao doutor Mário José Gonzaga Petrelli.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Mário José Gonzaga Petrelli, nascido em Florianópolis, SC, em 31.05.1935, é formado em Direito e Administração de Empresas, estando devidamente registrados nos Conselhos Legais.

Empresário de sucesso, comanda hoje um vasto grupo de Empresas, ligadas ao setor de Comunicação, Imóveis, Seguros e Agropecuária. Preside a nível nacional, a Segu-

radadora Roma S/A, com sede na Capital Paulista.

Há anos tem seu nome ligado ao ramo de seguros, tendo ocupado as mais variadas funções em empresas do setor, merecendo, sempre, destaque e o reconhecimento da classe.

Ocupou por diversas vezes, cargos em entidades de classe e representou nosso País em congressos e encontros no Exterior, versando sobre seguros ou comunicações. Em alguns eventos, muito importantes, chefiou a delegação brasileira.

Tem larga experiência, também, no setor de comunicação, sendo considerado um grande desbravador, pois na Região Sul do País, teve marcante atuação, implantando veículos como jornais, TVs e rádios.

Em 1985, licenciou-se de todas suas atividades privadas e assumiu o cargo de Diretor Geral de Crédito do Banco do Brasil.

Atuou na área política, ocupando cargos em partidos e integrando grupos responsáveis pela formação de novos partidos nos últimos anos.

Diante de sua grande vivência e rico curriculum já proferiu muitas palestras em cursos, seminários e encontros, tanto no país como no exterior.

Trata-se de figura importante para o nosso Estado e nossa gente, aqui radicando-se há muitos anos e emprestando sua competência a serviço de nossa Comunidade.

Hoje, exemplificadamente, é um dos proprietários do Sistema Sul de Comunicação, liderada pela TV Independência e Rádio Independência AM, com sede em Curitiba e integrada por vários veículos por todo o Estado.

Goza de grande prestígio e admiração de nosso povo e este projeto de lei, que propõe outorgar-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná faz justiça a quem escolheu esta terra para dedicar o melhor de si.

Estamos juntando, em anexo, curriculum completo do doutor Mário José Gonzaga Petrelli.

MÁRIO JOSÉ GONZAGA PETRELLI

CURRICULUM VITAE

1988

ÍNDICE

I - Identificação

II- Atividades Atuais

III-Atividades Anteriores

a. Seguros

1. Atividades Gerais

2. Atividades classistas e associativas

- b. Empresariais
- c. setor público
- d. políticas
- e. outras áreas

IV- Conferências e cursos ministrados

I- IDENTIFICAÇÃO

Local de nascimento: Florianópolis, Santa Catarina

Data de nascimento: 31 de maio de 1935

Filiação: Leonardo Petrelli e Alice Guilhon Gonzaga Petrelli

Identidade: n° 746.765, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, em 11.05.1963

Identificação Profissional: Ordem dos Advogados do Brasil, n° 2664- seção Paraná

Técnico em Administração, Registro n° 682, Conselho Regional do Paraná.

Corretor do Imóveis, Registro n° 4826-6ª Região-Paraná.

II - ATIVIDADES ATUAIS

- Diretor Presidente da TV Independência S.A. Curitiba - Paraná.

- Diretor Presidente da Rádio Independência do Paraná Ltda Curitiba - Paraná.

- Diretor Presidente da Rádio FM Independência Ltda- Curitiba-Paraná

- Diretor Presidente de Sistema Sul de Comunicações Ltda - Curitiba- Paraná

- Diretor Superintendente da TV Araucária Ltda - Guarapuava- Paraná

- Diretor Superintendente do Sistema Catarinense de Comunicação Florianópolis-Santa Catarina

- Diretor Superintendente da TV o Estado Ltda.- Florianópolis - Santa Catarina

- Diretor Presidente da Palmar Empreendimentos Turísticos e Imobiliários Ltda- Curitiba Pr.

- Diretor Presidente da Planave Planejamento de Negócios e Vendas Ltda. Curitiba-Paraná.

- Diretor Presidente da Lulemmar Administração e Participações Ltda. - Curitiba Paraná.

- Diretor Superintendente da Agropecuária Rio Palmeira Ltda.- Rosário D'Oeste- Mato Grosso

- Presidente da Seguradora Roma S/A- São Paulo- SP.

III - ATIVIDADES ANTERIORES

A - SEGUROS

1 - Atividades Gerais

- Vice-Diretor Executivo da Boavista Companhia de Seguros de Vida, tendo ainda

exercido a direção geral da empresa nos Estados do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1960/71 - Rio de Janeiro

- Vice-Diretor do Grupo Boavista de Seguros

1960/70 - Rio de Janeiro

- Diretor da Mercantil Companhia Nacional de Seguros

1971/73 - Rio de Janeiro

- Presidente da Nova Pátria Cia. Brasileira de Seguros

1971/73 - Paraná

- Presidente da Alliane Ultramar Cia. Brasileira de Seguros

1972/74 - Rio de Janeiro

- Vice-Presidente de Marketing e de Produção do Grupo Atlântica Boavista de Seguros, de 1971 a Janeiro de 1977, quando passou a Vice Presidente Executivo do mesmo Grupo, transformado posteriormente em Grupo Bradesco de Seguros, onde permaneceu como Vice Presidente Executivo. Licenciou-se do cargo em 1985 e também da Direção das demais empresas que exercia para ocupar a Diretoria Geral de Crédito Comercial e Industrial do Banco do Brasil por indicação do Governo Federal. Em fevereiro de 1986 pediu o desligamento definitivo do Grupo, bem como das empresas do setor privado e da Diretoria do Banco do Brasil para desenvolver atividades políticas por solicitação do Partido Frente Liberal.

1971/96 - Rio de Janeiro/Brasília.

- Diretor Vice Presidente do Banroal Seguradora

1981/82 - Curitiba

- Membro do Conselho da Administração da Boavista Companhia de Seguros de Vida e Acidentes, desde 1971, passando em 1973 a Diretor Vice Presidente Executivo.

1971/85 - Rio de Janeiro

- Membro do Conselho de Administração da Atlântica Cia. Nacional de Seguros, Companhia Boavista de Seguros, Skandia Boavista Cia. de Seguros, Bradesco Cia. de Seguros o Prudential Atlântica Cia de Seguros.

1973/85 - Rio de Janeiro

- Membro do Conselho de Administração da Fortaleza Cia. Nacional de Seguros

1980/85 - Rio de Janeiro

- Membro do Conselho de Administração da Pátria Cia. Brasileira de Seguros

1980/85 - Rio de Janeiro

- Membro do Conselho Consultivo da Auxiliar Seguradora

1983/85 - São Paulo

- Membro do Conselho de Administração da Noroeste Seguradora

1980/85 - São Paulo

- Diretor Vice Presidente da Bradesco Capitalização S/A.

1984/85 - Rio de Janeiro

- Superintendente da Unidade Central do Planejamento e Assessoria de Vendas, Treinamento de Pessoas
Rio de Janeiro

2 - Atividades classistas e associativas

- Diretor Procurador do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e capitalização no Estado do Paraná

1962/65 - Curitiba

- Chefe da Delegação do Estado do Paraná à 5ª Conferência Brasileira de Seguros.

- Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e capitalização no Estado do Paraná, por dois mandatos

1965/70 - Curitiba

- Presidente da VI Conferência Brasileira de Seguros

1968 - Curitiba

- 1º Presidente da Comissão Permanente de Publicidade e Relações Públicas da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, no período de 1968/71 e seu Vice Presidente de 1971 e 1974

1968/74 - Rio de Janeiro

- Membro da Delegação Brasileira à XII Conferência Hemisférica de Seguros

1969 - Santiago do Chile

- Presidiu as sessões plenárias de Debates da VII Conferência Brasileira de Seguros

1970 - Recife

- Vice Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, período de 1970/78, tendo renunciado para concorrer em 15.11.78 à primeira suplência do Senado pela ARENA-Paraná

1970/78 - Curitiba

- Chefe da Delegação Brasileira à XIII Conferência Hemisférica de Seguros em

Assunção, Paraguai, onde foi eleito para a Vice-Presidência do Comitê Executivo da Entidade Latino Americana, que congrega todo o sistema segurador das Américas, hoje transformada em "MIDES" - Federação Internacional do Desenvolvimento das Empresas de Seguros, tendo sido o primeiro brasileiro a ocupar esta função.

1971 - Assunção-Paraguai
tepios e Similares do Conselho Nacional de Seguros

1971/73

- Chefe da Delegação Brasileira da Reunião do Comitê da Conferência Hemisférica de Seguros e Vice Presidente do Comitê Executivo da mesma Conferência

1972 - São Domingos - República Dominicana

- Chefe da Delegação Brasileira de Seguros à XVI Conferência Hemisférica de Seguros

1973 - Buenos Aires - Argentina

- Diretor Tesoureiro da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e capitalização, de 1971 a 1977 o seu membro do Conselho Diretor até 85

1971/85 - Rio de Janeiro

B - EMPRESARIAIS

- Diretor Presidente da TV Coligadas de Santa Catarina e seu controlador acionário

1975/80 - Blumenau

- Presidente da TV Barriga Verde e seu controlador acionário

1978/80 - Florianópolis

- Presidente da Empresa Editora Jornal de Santa Catarina Ltda, sendo sócio majoritário

1975/84 - Blumenau

- Sócio proprietário da Rádio Diário da Manhã, AM - FM e OC

1977/82 - Florianópolis

- Presidente da Rádio Televisão Cultura S/A o seu controlador acionário

1980/82 - Florianópolis

- Canal 06 Florianópolis

- Canal 12 Chapecó

- Rádio AM Florianópolis

- Diretor Gerente da Rádio Tropical-FM e seu sócio majoritário

1980/82 - Blumenau

- Diretor da Rádio Blumenau e seu sócio majoritário

1980/84

- Presidente do Conselho de Administração da APESC - Associação de Poupança e Empréstimo de Santa Catarina.

1.979/82 - Florianópolis

- Vice Presidente da Ericsson do Brasil, em 1.982, tendo exercido a Presidência no período de Maio a Dezembro/82.

- Presidente do Conselho de Administração da Triunfo Máquinas e Sistemas Reprográficos Ltda.

1.985/88 - Manaus

- Presidente do Conselho de Administração da TRICOM-Triunfo Componentes.

1985/88 - Manaus

C - SETOR PÚBLICO

- Em maio de 1.985 licenciou-se de todas as atividades que exercia nas Empresas do Setor Privado para assumir o cargo de Diretor Geral do Crédito Comercial e Industrial do Banco do Brasil, eleito em 16.04.85 e empossado em 08.05.85. Por solicitação do Partido da Frente Liberal, em Fevereiro de 1.986 pediu demissão do Banco do Brasil, bem como das empresas do Setor Privado nas quais se encontrava licenciado, para colocar seu nome à disposição do PFL para a eventual disputa de eleição majoritária em Santa Catarina e, em seguida, passou a exercer a coordenação da Campanha do Partido em Santa Catarina ainda em 1.986 e fez parte do Grupo Nacional de ação da Frente Liberal.

D - ATIVIDADES POLÍTICAS

- Foi membro do Diretório Regional do Partido Social Democrático do Paraná, período de 1.952 a 1.959.

- Foi membro fundador do Diretório Regional da ARENA em Curitiba-Pr., tendo concorrido pelo mesmo, ao Senado da República como 1º Suplente em 15 de novembro de 1.978.

- Foi membro fundador do Partido Democrático Social no Estado de Santa Catarina, em 1.979 o membro do Diretório Regional do PDS.

- Membro fundador do Partido Frente Liberal, constituído em Brasília em Dezembro de 1.984.

- Secretário do Partido Frente Liberal do 1.986 a 1.988.

E - OUTRAS ÁREAS

- Participou e é um dos fundadores da Lei de Transformação do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina em Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, em 1.962, tendo sido, por Decreto do Governador Celso Ramos, um dos três membros da Comissão criada pelo Governo do Estado para reali-

far tais estudos. função honorífica e sem ônus para o Estado.

- Participou da comissão de cinco membros criada em 1962, por Decreto do Governo de Santa Catarina, para estudar e implantar o projeto de criação e execução do Hospital do Servidor do Estado, função honorífica e sem ônus para o Estado.

- Representou o Estado de Santa Catarina junto à Rede Ferroviária Federal - Rede Viação Paraná - Santa Catarina, desde 1.961 até 1.965. Governo Celso Ramos; de 1.965 a 1.970 no Governo Ivo Silveira; em 1.970 a 1.974 no Governo Colombo Salles; em 1.974 a 1.978 no Governo Antonio Carlos Konder Reis, tendo exercido esta representação por cerca de 18 anos sem receber quaisquer vencimentos ou quaisquer ônus, quer para os cofres de Santa Catarina, quer para a Rede Ferroviária Federal.

- Participou da Comissão Nacional de 5 membros da Frente Liberal, criada pelo Vice-Presidente da República Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, em 1.984 e coordenada pelo Senador da República Dr. Jorge Konder Bornhausen, para análise dos trabalhos e propostas apresentadas ao então candidato à Presidência da República Dr. Tancredo Neves, sugestões enviadas àquela época por empresários, técnicos, entidades e parlamentares, referentes às medidas de ordem sócio-econômica, desenvolvimento urbano, social e político institucional, a serem estudadas e implantadas no plano de ação do Presidente Tancredo Neves.

IV - CONFERÊNCIAS E CURSOS MINISTRADOS

- Discurso oficial de encerramento da V Conferência Brasileira de Seguros, presidida pelo então Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Daniel Faracco, realizada no Hotel Glória.

- Presidiu e fez os discursos de abertura e encerramento da VI Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização.

- Palestra de encerramento da VII Conferência Brasileira de Seguros, em Recife, Pernambuco, em 1970, tendo presidido as suas sessões plenárias, conferência esta, presidida pelo então Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Marcos Vinicius Pratini de Moraes.

- Palestra do encerramento da VIII Conferência Brasileira de Seguros, presidindo a sua sessão plenária - 1.972.

Porto Alegre

- Conferência no lançamento nacional do Top Clube Bradesco, solenidade em que falaram o então Ministro da Educação Dr. Jarbas Passarinho e o Governador de São Paulo, Dr. Laudo Natel - 1.970.

Rio de Janeiro

- Conferência e palestras sobre seguro

em todo o território nacional, na qualidade de Presidente do Sindicato de Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná de 1.965 a 1.970 e Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros.

- Instalou e presidiu o 1º Curso de Corretores de Seguros em Curitiba e em Londrina, no Estado do Paraná e em várias cidades brasileiras.

PROJETO DE LEI Nº 481/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Peabiru.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE de Peabiru é sociedade civil, de caráter assistencial e Cultural, sociedade civil sem fins lucrativos.

E tem, dentro de sua área de atuação, prestado incontestes serviços à comunidade de Peabiru e região, mas, como todas as associações voltadas à filantropia, é carente de recursos.

Da análise dos documentos anexos ao presente, depreende-se o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei nº 6.894 razão pela qual temos certeza de que a presente iniciativa terá acolhimento pelo Plenário desta Casa, dando aprovação à mesma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a leitura do expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Ermani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Ao acompanhar o desenrolar da greve no setor da saúde do Estado do Paraná eu não pude deixar de me lembrar de um importante filme que eu assisti e que me traz à conclusão de que "a vida imita a arte".

Esse filme procurava analisar quais as causas que levaram durante a ocupação nazista da França a existência de um número tão grande de franceses que colaboravam com a ocupação das tropas de Hitler na França. Esse filme nos trouxe uma conclusão interessante. A SS Nazista, procurou arregimentar os seus quadros de colaboradores exatamente no meio daqueles franceses excluídos, marginalizados que

não tinham conquistado ascensão social, que não tinham conquistado postos importantes do Estado, nas empresas e habilmente os nazistas chegavam a esses cidadãos e lhes entregavam um uniforme, uma credencial e a partir daí esses franceses se tornavam figuras poderosas que tinham até poder de decidir sobre a vida e a morte a partir desse uniforme, dessa insígnia, desse poder, esses franceses tratavam de perseguir os seus desafetos, os seus inimigos, colocá-los nos pelotões de fuzilamento.

Analisando a greve da saúde eu não pude deixar de reconhecer que nós estamos perante um quadro sociológico e psicológico semelhante. Aqueles que até ontem passaram porções da ditadura militar, sofreram, foram perseguidos, participavam dos movimentos populares, participavam da esquerda, que não encontrando mais espaço e ouvintes para os seus sonhos utópicos suas utopias, não encontrando mais espaço de ascensão social, eis que foram seduzidos pelos uniformes, pelas insígnias de chefes. A partir daí se tornaram os piores carrascos e aqueles que mais perseguem os seus antigos companheiros. Esse é um exemplo típico que nós estamos assistindo de pessoas que vindas do movimento popular e sindical, galgadas a uma posição subalterna de segundo escalão, do time dos poderosos, do nosso Estado, tratam agora de agir como carrascos, como colaboracionistas perseguindo e tentando destruir aqueles movimentos populares e sindicais de onde saíram.

O que é mais grave, enquanto esses cidadãos incompetentes que não conseguem sequer administrar uma Secretaria tão fundamental, tão essencial como a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, mantida numa verdadeira política de sucateamento criminoso, enquanto isso nós assistimos por parte do Governo Estadual um descaso absoluto com relação a esse movimento que está atingindo e afetando o dia-a-dia da população do Estado do Paraná.

Eu não consigo conceber tamanha irresponsabilidade num Governo do Estado, que trata com ironia, com desprezo, um movimento de servidores tão importante como os servidores da saúde.

Eu gostaria que um dia esses representantes do primeiro e segundo escalões do Estado batessem às portas de um hospital e precisassem de um atendimento, como precisam aqueles trabalhadores que só têm o serviço público como alternativa de tratamento. Eu gostaria que eles batessem às portas destes hospitais, que eles ouvissem o drama de funcionários que cuidam da nossa saúde, que são submetidos a serem infectados por doenças, trabalhando em horários quando todos nós nos divertimos, des-

cansamos, à noite, nos domingos e feriados e serem tratados com tamanho desprezo pelo Governo do Estado. Comprometendo, inclusive, este serviço público mais importante que temos, mais essencial, que não pode ser afetado de forma alguma, como o serviço de saúde.

Eu não consigo conceber um Governo que se diz de esquerda, que veio das lutas do povo, dos movimentos da população mais ocurrente, como esse Governo se nega a discutir com os trabalhadores a sua pauta de reivindicações!

A greve da saúde já está ultrapassando mais de 20 dias. E, até o momento, sequer foram recebidos pelo Secretário de Saúde, pelo representante ou pelo Governador do Estado do Paraná. Esses funcionários já estiveram aqui, Senhores Deputados, colocando a sua posição, a sua pauta de reivindicações, pedindo pelo menos que se estabelecesse uma política salarial, pelo menos uma política que lhes permitisse programar suas vidas, que tivessem recebendo um salário digno. Oitenta por cento deles ganhando salário mínimo e ainda estão sendo ameaçados por desconto de dias parados e não são recebidos!

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Aparte) - Vossa Excelência permite-me um aparte?

(Assentimento do orador). Senhor Deputado, é muito grave a informação que Vossa Excelência presta à Assembleia Legislativa. Nós temos que culpar, exclusivamente, o Senhor Secretário da Saúde. Se ele não chega a receber em seu gabinete, Deputados não só do Governo, mas da Oposição, e principalmente os da Oposição, que devem ter prioridades nas audiências com os Secretários, Vossa Excelência acha que este Secretário da Saúde que está tumultuando a saúde paranaense, que pela sua omissão, pela sua irresponsabilidade está levando o drama a todos os lares daqueles que pertencem aos quadros da saúde, o Secretário já deveria ter resolvido o problema dos seus funcionários. Porque é missão fundamental do Secretário resolver os problemas da sua pasta. É para isso que ele recebe delegação do Governador do Estado. O Governador do Estado não pode estar, Senhor Deputado, permanentemente em todos os órgãos estatais. Ele delega poderes aos seus secretários. Por isso o Secretário, ao assumir o seu cargo, ele é investido de toda a responsabilidade e tem compromissos com a classe a que ele serve e a que ele dirige.

De modo que nós deveremos dedicar, exclusivamente a responsabilidade pelos fatos lamentáveis que estão ocorrendo na Secretaria de Saúde ao atual Secretário, que eu não conheço porque infelizmente não pude levar os problemas do meu Município

a Sua Excelência porque até hoje ele não teve tempo para atender a um Parlamentar, independente, desta Casa. E se ele não atende a um Parlamentar, que tem autoridade para dizer, o que se dirá do próprio servidor público da sua Secretaria, que não tem quem lhe abra a porta do Secretário da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Usando o Horário das Lideranças, Senhor Presidente.

Eu quero até dizer ao nobre Deputado Colombino que eu acho que é um problema que vai até além do próprio Secretário de Saúde, para mim está claro que o papel do Secretário de Saúde não é dotar efetivamente, dotar o Paraná de um serviço público moderno, eficiente de Saúde. O objetivo dele, nos parece, até agora tem sido pirrotécnico e basicamente exterminar com a organização dos trabalhadores, dos servidores daquele órgão. Aliás este Governo Roberto Requião está parecendo uma banda. Nós temos um príncipe que reina mas que não governa. Faz muito barulho mas efetivamente nada acontece!

Eu apenas estou aqui, nesta tribuna, reclamando uma irresponsabilidade inadmissível, que é o comprometimento, a paralisação dos serviços de saúde do Estado do Paraná, e nos parece que o Governo do Estado está pouco ligando se a população está sendo atendida ou não, nos hospitais. O importante, para este Governo, nos parece é destruir a organização, a coesão do movimento sindical e ganhar alguns trocados a mais para o orçamento, não pagando os dias parados.

Este tratamento que está sendo dado à questão do movimento sindical, no Governo Roberto Requião, é realmente um desastre, um crime, e nós não podemos ficar omissos, calados diante desta situação!

É por isso que nós queremos, aqui desta tribuna, fazer um apelo à liderança do Governo, nesta Casa, que procure sensibilizar os homens que dirigem este Estado! Nobre Deputado Pessuti, não é possível o Governo do Estado do Paraná ficar assistindo, de braços cruzados, uma greve como a da saúde, sem sequer se dar o direito de fazer uma proposta de recuperação dos salários destes servidores! Não é possível que nós estejamos desejando um atendimento de qualidade, no serviço de saúde pagando-se salários-mínimos aos servidores daquele órgão. Não é possível, é absurdo, isso contraria o discurso do Governo do Estado do Paraná!

Concedo o aparte ao Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu quero informar a Vossa Excelência que sensibilidade

do Governo existe e quero traduzir isso em realidade informando que na reunião que tivemos ontem do Governador com as Secretarias da Fazenda, Planejamento, Administração, Procuradoria Geral e Casa Civil, além de outras pessoas convidadas, um dos assuntos que foi lá abordado, por um bom período da reunião, foi justamente a questão salarial dos funcionários públicos do Paraná, que está merecendo uma análise bastante aprofundada da Secretaria do Planejamento e Administração, com uma visão muito especial para as questões da Secretaria da Saúde e Agricultura que todos nós reconhecemos são aqueles que, no presente momento, estão percebendo salários mais achatados na estrutura global de servidores do Estado do Paraná.

Então a afirmação de Vossa Excelência que não existe nenhuma postura, nenhuma movimentação, nenhuma sensibilidade não é verdadeira porque sou testemunha e participei de uma reunião ontem que tratava especificamente deste assunto.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, para concluir, apenas quero dizer que é lamentável que após vinte e poucos dias de greve, agora o governo do Estado começa a fazer estudos. Enquanto isso a Secretaria de Saúde, vários hospitais importantes do Estado do Paraná estão com seu atendimento comprometido e nós achamos que aí cabe uma medida emergencial. Quem recebeu o demonstrativo financeiro do Governo do Estado, este mês sabe que o Governo gastou no mês de setembro apenas 62% das receitas correntes com o pessoal, quando poderia adotar a medida de gastar mais do que 65% e adotar uma política salarial de emergência, pelo menos naqueles setores mais atingidos, mais prejudicados e que são setores essenciais e que não podem sofrer, em hipótese nenhuma solução de continuidade na sua prestação!

Esta questão é uma questão fundamental, nós entendemos que quando se trata da saúde da população não há que se ter comportamentos dispersivos, irônicos, como o que nós estamos assistindo, nem tratar movimentos de reivindicação salarial como táticas de destruição de organização dos trabalhadores.

Nós entendemos que a questão da saúde é uma questão fundamental, todos nós temos um mínimo de responsabilidade, um mínimo de lucidez, sabemos que, para que tenhamos um servidor público de qualidade é fundamental que os trabalhadores que prestam este serviço sejam tratados com dignidade, sejam tratados com respeito e sejam valorizados pelo trabalho que prestam.

Então neste sentido é o nosso apelo, para que esqueçam estes discursos, estas

formulações, estes estudos do Governo do Estado e que se passem a ações concretas!

Afinal de contas nós já estamos entrando no mês de novembro e nós queremos saber a que veio esse Governo do Estado do Paraná, porque até agora nós só temos visto discurso e nada mais.

Agradeço a benevolência de V.Eta.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Imprensa falada e escrita, servidores desta Casa, demais presentes.

Cumpramos-nos comunicar a esta Casa que o Sindicato dos Professores do Estado do Paraná - SINPROPAR, transferiu o seu seminário sobre: RUMOS DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ, para os dias 10, 11 e 12 de abril do ano que vem, portanto de 1992.

Também queremos comunicar aos Senhores Parlamentares que foi fundada a Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado do Paraná - a FETEPAR, em 27 de junho de 1991 - É a Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado do Paraná uma entidade sindical de 2º grau com sede na Rua Desembargador Westphalen nº 1927, nesta Capital de Estado, constituída pelo Sindicato dos Professores do Estado do Paraná, Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar no Estado do Paraná - SAAEPAR, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Londrina - SAAEL, e os Sindicatos de Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais que abrangem as categorias.

Tem a FETEPAR por objetivo: a unidade e fortalecimento dos profissionais da área educacional, bem como, o permanente acompanhamento das questões ligadas ao ensino com o intuito de contribuir para a solução dos problemas que afetam a educação.

Também recebemos uma resposta dos órgãos federais sobre Telex encaminhado por nós em data de 5 de fevereiro deste ano, depois pelo requerimento em plenário de 18 de fevereiro deste ano. E ainda, em seguida, o Telex encaminhado em 28 de agosto de 91 e do Fax encaminhado no dia dezessete do corrente, à S.Eta. o Presidente da República e à Presidência do Banco do Brasil, solicitando e repetindo e reiterando providências urgentes para a reimplantação da agência autônoma de Quitandinha, na Região Sudeste que nós representamos e também dos postos avançados de Agudos do Sul, de Antônio Olinto e do Pien, tudo do Banco do Brasil.

Como todos sabem, numa canetada, a cúpula do Banco do Brasil, do dia para a noite, fechou mil quinhentas e trinta e

uma agência por todo o Brasil, penalizando os municípios essencialmente agrícolas. E agora recebemos apenas o discurso novamente em palavras. "Informamos que o assunto em destaque está sendo objeto de estudo em conjunto deste departamento, de nossos órgãos regionais competentes." Sérgio Lino Pereira. Chefe em exercício do Departamento de Organização de Sistemas e Métodos da Presidência da República.

Mas antes de concluirmos, queremos somar-nos às homenagens prestadas à nossa Constituição atual, de 1988... (é retirado o som).

Solicito o Horário da Liderança, Senhor Presidente.

E as homenagens prestadas à Constituição de 1891. Aquela, pelo Deputado Rafael Greca de Macedo e a esta pelo ilustre Deputado José Tavares. Para enfatizar apenas que o Paraná esteve presente não só pela ilustre presença do Deputado, naquela época Constituinte de 87 e 88, José Tavares, que honra esta Casa. Com seu discernimento, com seu entusiasmo e com sua vontade de acertar e construir o futuro deste Paraná. Mas também dos ex-Prefeitos e Vereadores daquela época, que se reuniram por vários e vários dias na Associação dos Municípios Paranaenses aqui da Capital do Estado, quando também contando com a presença do ilustre Diretor do IBAM, Professor Lordello de Mello e com a assessoria redacional do ilustre jornalista Geraldo Mazza. Nós, que participávamos daquelas reuniões, fizemos um documento paranaense para a Constituinte de 87-88. E cinquenta e um pontos altamente voltados para a tese, para a filosofia e para a causa municipalista, endereçamos à representação paranaense com assento naquela Constituinte. Em cinquenta e um itens, muitos foram aprovados. Ressaltamos a contribuição nossa, paranaense, na colocação do município no artigo 1º da nova Carta Magna, transformando o município brasileiro num ente da Federação, com poder até de auto-organização. Conquista nossa, do Paraná. Representação parlamentar paranaense na Constituinte.

Pleiteávamos então a inviolabilidade do vereador brasileiro, por suas palavras, votos e ações. E foi consignado isto em nossa Carta Magna.

Pedíamos então naquele documento, o retorno do artigo 202, da Constituição de 1946, para que se incorporasse novamente com a dignidade constitucional o imposto progressivo, de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, para penalizar aqueles que ganham fortunas e representam apenas 1% da população brasileira, e foi incorporado isso no texto da Constituição de 1988.

Pleiteávamos uma majoração de 30% para o ICMS e 30% para o fundo de participação, conquista realizada em parte pelos Constituintes, porque chegamos hoje a 25% dos referidos tributos.

Dai nós nos adicionarmos a essas homenagens principalmente neste mês que comemoramos a passagem de três anos de profícua existência já, desta nossa Constituição.

Para terminarmos dizendo o seguinte, apontamos duas apreciações dos juristas a respeito da nossa Carta Magna, Deputado José Tavares, uma otimista, outra pessimista está na linha exposta pelo Prof. Celso Bastos: "a Constituição de 1988 tem aspectos novos e bons, mas o que é bom não é novo, e o que é novo não é bom". A otimista está na linha adotada pelo Professor Ney Prado: "a Constituição de 1988 não está terminada e nem é permanente; não está terminada, pois inquieta mais que define na sua dependência de centenas de leis infraconstitucionais; não é permanente, pois nasceu a prazo fixo".

Talvez, Senhores Deputados, esses signos da indeterminação e da provisoriedade, curiosas expressões apoloéticas dos constituintes que a elaboraram sejam paradoxalmente o melhor da nossa Carta, pois neles se aninha a esperança de que o Brasil reencontrará a sua Constituição real, no sentido que a deu Lassalle, pois "os problemas constitucionais não são problemas de direito, mas do poder".

Nenhum texto, por fim, por melhor que se apresente, dispensa o espírito que o ilumina e o harmoniza quando o interpreta para aplicá-lo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não tenho a felicidade que acaba de ter o nobre Parlamentar Alceu Swarowski quando se reporta aos preceitos constitucionais e se homenageia a Constituição brasileira com seus direitos, com seus avanços, sem dúvida muitos avanços. Avanços que lamentavelmente quando são para atender os interesses dos trabalhadores brasileiros infelizmente não são cumpridos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, em 1989 esta Casa de Leis aprovou a Constituição do Estado do Paraná e naquele momento Sua Excelência o ex-Governador do Estado, Alvaro Dias, que jurava cumprir a Constituição, imediatamente entrava com medida judicial contra essa Constituição que jurava justamente naqueles artigos que previam direitos para os trabalhadores do

serviço público deste Estado a exemplo do artigo 34 e seus incisos.

Até hoje os trabalhadores do serviço público do Estado estão com seus direitos prejudicados porque este artigo da Constituição justamente com seus incisos está "sub-judice", ferindo os direitos desses trabalhadores e nós vemos muito pouca mobilização para que se reverta este processo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos vendo frequentemente as greves insurgirem no Estado do Paraná, no governo que se comprometeu em reestabelecer a dignidade do serviço público, é a saúde, é a agricultura, são os diversos segmentos que, se funcionam bem, funcionam porque lá está um ser humano, chamado servidor público, e hoje explorado por este Estado.

Esta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aprovou recentemente requerimento por unanimidade que solicitava ao Governo Roberto Requião a retirada da ação judicial que pedia a inconstitucionalidade da lei que trata da eleição direta para diretores, mas, como nós estamos vendo que os pedidos desta Casa ressoam muito pouco nos órgãos do governo do Estado, também este pedido não teve ressonância como vários outros não tiveram.

Eu não quero me convencer de que tenhamos que partir da sugestão de que a Assembleia Legislativa, da forma como tem atuado atualmente, se transforme apenas numa casa que tenha conhecimento dos atos do governo do Estado. Eu espero que não venha um projeto de lei do Executivo dizendo que os projetos de leis futuramente virão aprovados, publicados em Diário Oficial, sancionados pelo governador para o conhecimento da Assembleia Legislativa porque, do jeito que as coisas caminham, parece que esse será o destino dos trabalhos desta Casa: os projetos serão aprovados, sancionados pelo governador, publicados em Diário Oficial e esta Casa terá apenas a competência de tomar conhecimento destes atos.

E por que estamos dizendo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados? O Magistério Público do Estado lutou, apanhou, derramou sangue em praça pública para conquistar o direito à democracia das escolas públicas do Estado; e foi conquistado, com o voto do atual governador do Paraná, quando na época era Deputado nesta Casa.

A eleição direta para diretores naquela oportunidade tinha validade porque dava ímpele ao PMDB. Lamentavelmente, o governador que aí está, entrou com um pedido de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e nós estávamos na expectativa, estamos aguardando, o magistério está aguardando a realização das eleições nas escolas públicas do Estado e de fato essas

eleições não tiveram publicação até esse momento e as eleições eram previstas até meados do próximo mês.

O que acontece para nossa tristeza, para tristeza eu acredito desta Casa e daqueles que têm responsabilidade com o que aqui é aprovado.

Na semana que se encerrou, ou melhor, na quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal concede liminar ao Governo do Estado do Paraná pela inconstitucionalidade daquilo que diz esta Constituição no seu Artigo 178: o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios.

Vou destacar o que diz o inciso VII, gestão democrática e colegiada das instituições de ensino mantidas pelo poder público estadual adotando-se sistema eletivo direto e secreto na escolha dos dirigentes na forma da lei.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acredito que a realidade desta Constituição e termos que pegar esta Constituição e rasgar, naquilo que diz direito aos trabalhadores do serviço público, porque é lamentável o capítulo que diz sobre a educação tem esse tratamento, lamentavelmente, e isto fere e isto é lamentável, isto é triste, porque nós assistimos o desrespeito com a nossa conquista em praça pública e nós acreditamos que este deve ser o primeiro a se dar o tratamento... (soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, eu entendo que a Mesa não pode se manter alheia a postura que vem adotando o Deputado Paulo Maia com relação ao governo do Estado, mas com relação a Constituição que neste Parlamento jurou respeitar e guardá-la e não rasgá-la como está procedendo da tribuna deste Parlamento. Eu acho que cabe à Mesa providências a este respeito.

E com relação ao pronunciamento do Deputado, nós nos inscrevemos num aparte tão logo possa ser possível, mas a postura do Deputado com relação a nossa Constituição da tribuna é no mínimo deplorável.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O que o Deputado Paulo Maia fez foi rasgar um livro, um objeto que o Governador Roberto Requião já tem rasgado literalmente desde que assumiu o seu mandato, jurando cumprir a Constituição.

Roberto Requião não respeita nenhuma das leis. Não cumpriu a Constituição no que diz respeito ao Conselho Estadual de Saúde. Não cumpriu a lei no que diz respeito a data base. Não tem cumprido a lei

no que diz respeito ao Conselho da Criança e do Adolescente. Roberto Requião e o líder da bancada do PMDB por mais de uma vez já têm desrespeitado a Constituição e a lei nesta Assembléia Legislativa. (Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, não me preocupa a posição do líder do governo, porque essa Constituição tem sido rasgada, ela tem sido desrespeitada aqui dentro desta Casa quando o direito atende aos interesses do povo do Paraná, quando esse direito devia ser respeitado em termos de trabalhador do serviço público.

Eu não vim a esta Casa para fazer média, para ser capacho de governo, eu não vim a esta Casa para dizer amém ao que aqui se passa, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Vozes sobrepostas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Aprovada e desrespeitada frequentemente e nós temos que protestar, nós temos que falar, nós não podemos todos aqui dentro, nós não podemos abaixar a cabeça, eu não faço papel de capacho, Vossa Excelência sabe muito bem disso.

Eu não vim a esta Casa para desrespeitar os direitos do povo. Eu não vim a esta Casa para brincar contra os direitos do povo do Paraná e não vim a esta Casa também para dizer amém a tudo que vem em termos de governo.

Eu vim a esta Casa para defender uma proposta feita em praça pública, um compromisso feito com o povo do Paraná e creio que mais desrespeitada do que tirar esta folha do meio onde estão os direitos da educação é desrespeitá-la frequentemente quando aqui tem que se garantir o direito dos trabalhadores do Paraná.

Lamentavelmente nós não vemos a posição de Vossa Excelência, nobre Deputado Pessuti, quando os assuntos atendem aos interesses dos trabalhadores do Paraná. Nós vemos simplesmente um fechar de olhos, um abaixar de cabeças e um dizer sim aquilo que o Governo quer em termos de sucateamento das coisas públicas, como aconteceu, volto a frisar, com o BADEP, como aconteceu, volto a frisar, com as Universidades Públicas deste Estado, como está acontecendo com tantos outros direitos dos trabalhadores do Paraná. Isto faz um ano, mais, quase dois anos que está aqui, mais de dois anos aprovada e os direitos rela-

tivos ao artigo 34 também não foram mantidos.

E nós não vimos a posição do Líder do Governo, e nós não vimos a posição da maioria dos Deputados pedindo para que isto se fizesse e esses direitos fossem garantidos.

Por isso, Senhores Deputados, não tenho vergonha, jamais terei receio de vir a esta tribuna e denunciar o que se faz em termos da atuação do Governo do Estado em relação aos nossos direitos, porque estou aqui dentro como Deputado, mas tenho a consciência de que sou um funcionário público, estou ocupando um cargo passageiro nesta Casa e não pretendo fazer papel de palhaço para garantir voto, para fazer média com o povo lá fora e aqui dentro ter uma atuação totalmente contrária.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Concede um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Senhor Deputado, Senhores Deputados, efetivamente a representação do Governo do Estado contrária à eleição dos diretores das escolas é um ato muito pior de desrespeito.

O Sr. Orlando Pessuti - Não é verdade o que Vossa Excelência está dizendo também, Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca de Macedo (Aparte) - É um ato muito pior de desrespeito à Constituição do que o que fez de maneira audiovisual o Deputado Paulo Maia. Na verdade eu me lembro de uma passagem da Escritura, onde o Senhor questionava os fariseus que juravam pelo templo, mas viviam desrespeitando o Senhor do templo, ocupante do templo. O templo, o livro, a casa, não valem nada se o povo for desrespeitado.

A gestão democrática das escolas tem toda a sua raiz neste Parlamento, tem no juramento da Constituição que nós aqui firmamos neste recinto, naquela Mesa que pertenceu a primeira Assembleia do Paraná, todos tiramos fotografia, o Deputado Pessuti, inclusive, e tem raiz inclusive assegurada nos direitos da Constituição Federal e nos termos da Constituição Federal, de forma que eu protesto com muito mais veemência contrariamente a posição do Governo do Estado que quer restabelecer a indicação...

O Sr. Orlando Pessuti - Não é verdade.

O Sr. Rafael Greca de Macedo (Aparte) - ...positiva dos diretores das escolas do que contra o gesto do Deputado Paulo Maia. Por que não é verdade? Não está havendo representação do Governador contrá-

ria a eleição dos diretores das escolas? Vamos ouvir, Deputado Paulo Maia.

Conceda um aparte ao Deputado Pessuti, porque ele me desmente na afirmativa. Diz que não há representação do Governo contrária a eleição dos diretores das escolas. Então os diretores das escolas vão ser votados e eleitos normalmente? A "Lei Rubens Bueno" permanece?

(Vozes Paralelas).

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de Vossa Excelência e Vossa Excelência contribui muito bem com a nossa preocupação, porque eu tenho certeza que o objetivo, como o Estado já é um loteamento de interesses de grupos, provavelmente esse loteamento queira se ampliar a nível das escolas do Estado, procurando com isto mostrar que o cacique da região, o cacique de cada região é o cacique responsável pela indicação dos diretores das escolas públicas do Estado e quero lembrar também a Sua Excelência o nobre líder do Governo que nos Estados Unidos o próprio Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos julgou legal queimar até a bandeira daquele país, quando desrespeitada e o que nós vemos aqui freqüentemente são coisas mais graves até do que se rasgar ou se queimar a bandeira do Estado, que é desrespeitar os direitos dos trabalhadores. E lamentavelmente é o que mais se faz aqui.

O SR. ERNANI PUDELL - Vossa Excelência me permite um aparte.
(Assentimento).

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero me solidarizar. É importante lembrar que o Parlamentar é inviolável na tribuna por suas palavras e por seus gestos. Existe muito mais sinceridade no ato simbólico de rasgar a Constituição do Estado para enfatizar o desrespeito real e efetivo que ocorre nesse livrinho.

É importante aqui lembrar que lamentavelmente a hipocrisia tem sido marca registrada de alguns setores públicos e políticos neste País. É importante que a lei que estabeleceu as eleições diretas para diretores das escolas públicas do Paraná foi feita com o voto do então Governador do Estado na época Governador de esquerda e democrático.

Parece-nos que o nosso Governador vê a democracia apenas como um meio e não como um fim, quer dizer, ele se serviu da democracia para chegar ao Palácio Iguazu e agora instalar o seu reinado. Nós já fizemos desta tribuna vários protestos no sentido de que lamentavelmente a bancada do Governo tem dado guarida a esse tipo de atitude, um Governo que faz um decreto lei

e que revoga uma lei estadual hierarquicamente superior está incorrendo em inconstitucionalidade. No entanto, nós não vimos nenhum protesto aqui neste parlamento por parte dos representantes da bancada do Governo. Então, eu acho que é o momento de nós tirarmos as máscaras, acabarmos com essa demagogia, com essa hipocrisia, com essa canalhice. Nós estamos aqui hoje inclusive votando um projeto que, a rigor, é inconstitucional porque ele estabelece um reajuste de salários a um setor da administração do Estado do Paraná, sem levar em conta esse reajuste de uma forma uniforme e isonômica a todos os setores do Estado, conforme determina a Constituição Federal. Nós estamos hoje aqui votando uma lei inconstitucional e que esta Assembleia acaba inclusive por fazer vistas grossas para não impedir que pelo menos esses poucos servidores ganhem um aumento, já que infelizmente não temos competência constitucional para fazer uma emenda e estender o mesmo reajuste a todos os servidores.

Então, eu acho que o posicionamento do Deputado Paulo Maia é correta e é importante lembrar que a tribuna é inviolável, as manifestações de um Deputado na tribuna são invioláveis, segundo a Constituição.

Rasgar um livro! O que diz isso? Quando estamos frente a um Governo que rasga os princípios deste "Livro", que passa por cima de tudo aquilo que se discutiu nesta Casa. Os Deputados que fizeram esta Constituição muitos deles estão aqui. Vamos ser sinceros, Senhores! Vamos parar com hipocrisia. Nós estamos hoje no Paraná sob o império de um "príncipe". Existe apenas um poder neste Estado, que é o Poder Executivo.

Mais do que isso: é lamentável - e eu quero frisar aqui novamente: nós temos que ser corajosos - o posicionamento reacionário, conservador do Poder Judiciário. Só falta mesmo agora o Poder Judiciário restaurar a Monarquia, dizendo que a monarquia foi violada lá em 1889 porque é um Poder reacionário, conservador quando se trata de dar guarida a um direito do povo, a um passo à frente da democracia, aos princípios mundialmente reconhecidos do desenvolvimento, da participação do povo na gestão da coisa pública, e esse Poder se posiciona contrário.

É lamentável, Senhor Presidente, Senhor Deputado Paulo Maia, que nós tenhamos a dar guarida a esse tipo de comportamento de um Poder Judiciário atrelado aos interesses dos grandes grupos econômicos. Esse Poder que só sabe julgar de acordo com os interesses daqueles que têm o poder político e econômico.

Lamentavelmente, essa tem sido a regra.

Lamentavelmente, tem ficado ao Poder

Legislativo apenas o "jus sperniandi", que é o direito de espremer e alguns poucos de seus quadros que ainda mantêm a dignidade, mantêm a postura e a consciência do seu papel cívico, do seu papel no ordenamento democrático, que é exatamente o de manter, preservar e fazer respeitar esta Constituição inclusive como está escrito aí em um dos primeiros artigos da Constituição do Estado do Paraná. Agora, a isto faz vistas grossas a bancada do governo, só vê os atos simbólicos.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Ernani Puddell.

Quero registrar nesta Casa que nenhuma preocupação tenho porque estou demonstrando a este Parlamento e tenho demonstrado por diversas vezes que este livrinho, quando para garantir os direitos do Poder Executivo, vemos defesas incontentes nas tribunas desta Casa. E quando para se garantir os direitos deste Poder Legislativo, quando para se garantir os direitos do povo do Paraná e dos seus trabalhadores não vemos a garra e veemência com que são defendidos os direitos contrários.

E quero registrar nesta Casa também a minha preocupação de ter que, frequentemente, pelas posições do Governo do Estado, rasgar outras páginas desta Constituição. Quero ver até o final do atual governo do Paraná quantas páginas teremos que tirar da Constituição deste Estado.

Neste momento quero requerer a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa uma atuação imediata de agravo regimental ou qualquer outra medida jurídica cabível, visando a derrubada desta liminar concedida; porque ela simplesmente - mais uma vez - vai dizer ao povo do Paraná que não há razão de se aprovar leis nesta Casa; vai dizer que somos desrespeitados no momento em que o Executivo acha que deve desrespeitar este Parlamento. O que nós estamos vendo aqui com estas e outras atuações semelhantes nada mais é do que o desrespeito que este Parlamento tem aprovado, o desrespeito que este Parlamento tem feito. E temos por obrigação deixar de dizer amém! Deixar de abaixar a cabeça e votar! "Uma região precisa de estrada e se eu votar contra, o Governo não vai me conceder esta estrada; porque não vou poder levar o cheque para um prefeito de minha região, porque tenho certeza que nenhum município do Paraná ganharia cheque, ganharia estrada, ganharia escola, se não tivesse direito a isso". E se os seus municípios, o povo do Paraná não contribuísem com seus impostos, porque quem paga para que isto exista e quando o Governo retribui leva a isto, em termos de benefícios, ele não está fazendo nada mais, nada

menos do que cumprir com sua obrigação de empregado do povo do Paraná porque recebe para isto. E eu estou aqui como empregado do povo do Paraná para ser fiscal do desrespeito que o Governo faz referente aos preceitos que prevêm as Constituições do Estado e suas Leis. E não me envergonharei jamais de vir a esta tribuna para fazer este tipo de denúncia. Tenho certeza de que o Magistério do Paraná há de se manifestar contra a medida vergonhosa, contra a medida antidemocrática, contra a medida que impõe contra a democracia o direito conquistado a duras penas, que foi o processo livre e democrático, participativo e eleito dentro das escolas públicas do Estado do Paraná.

Concedo aparte a Vossa Excelência, nobre Líder Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Paulo Maia, Vossa Excelência ao usar da tribuna quer ditar comportamentos ao Governo do Estado diferentes daqueles que Vossa Excelência tem pedido à própria Assembleia que os adote. E da mesma forma o Deputado Rosinha e Ernani Pudell.

Recentemente quando esta Casa tomou conhecimento da edição de um Decreto estadual criando o Conselho Estadual de Saúde, levantaram-se vozes neste Parlamento solicitando que a Mesa Executiva tomasse providências cabíveis no sentido de arguir a inconstitucionalidade daquele decreto. O que fez o Governador Roberto Requião quando assumiu o Governo? Enviou ao Supremo Tribunal Federal uma consulta para saber se a Lei que Vossa Excelência intitula de "Lei Rubens Bueno" é ou não uma lei constitucional a exemplo daquilo que pedem Vossas Excelências, para saber se o Decreto é ou não inconstitucional, Vossa Excelência está pedindo que a Casa promova uma revolução junto ao Supremo Tribunal Federal. O que responderam os Ministros ao Governador consta da liminar que Vossa Excelência tomou conhecimento, dizendo que a Lei não é constitucional. Daí o resultado lá estabelecido em forma de liminar até chegar-se ao processo de eleição de diretores, tem uma diferença muito grande e o Deputado Rafael Greca nos pergunta se as eleições acontecerão para os diretores de escolas. Elas acontecerão porque o Governador Roberto Requião tem isso como compromisso assumido em praça pública como disse Vossa Excelência.

Então não pode Vossa Excelência vir aqui usando um peso e erigindo duas medidas - ou usando duas medidas e pedindo que um peso seja adotado. Vossas Excelências cobram da Assembleia um posicionamento contra constitucionalidade de um ato praticado pelo Governador, e não admite que esse mesmo Governador sob pena de respon-

der por processos de ação popular não pode o Governador no exercício legítimo do seu cargo arguir a inconstitucionalidade de alguns dispositivos da nossa Constituição ou de alguma Lei aprovada por essa Casa, e o fato do Supremo Tribunal Federal dar uma liminar por unanimidade, que me parece é isso que Vossa Excelência disse, não quer dizer em hipótese alguma que o Governo do Estado não realizará as eleições esse compromisso foi assumido pelo Governador, com o atual Presidente a APP o Professor Isaías Ogliari, junto com o Secretário Chefe da Casa Civil Deputado Caíto Quintana, numa reunião em que nos acompanhava o Deputado Toti Colaço, Deputado Alceu Swarowski que é o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Renato Adur, que na Liderança responde pelos assuntos da educação.

Então não pode Vossa Excelência, o Deputado Rafael Greca, o Deputado Ernani Pudell, o Deputado Rosinha, virem aqui destilar um ódio, rasgar a Constituição e dizer que isso é apenas um feito simbólico? Será que é simbólico também e a casualidade do passado demonstra que não existia nenhuma casualidade, quando o Deputado Rosinha no Jornal do Partido PSB, o qual Vossa Excelência pertence, colocou lá, destilou lá seu ódio contra o Parlamento, dizendo que estava aqui para destruir o Parlamento; e Vossa Excelência vem agora aqui num ato que segundo o Deputado Ernani Pudell é apenas uma simples simbologia, rasgar da tribuna a Constituição que todos nós juramos respeitar. Eu até admito que Vossa Excelência proteste contra aqueles que na visão de Vossa Excelência ou na visão miúda do Deputado Rosinha estejam desrespeitando a Constituição, e para isso existem instrumentos, um dos quais o Governador está utilizando que é consultar a quem de direito da Constitucionalidade de uma Lei; mas isso não lhe dá o direito sob qualquer argumento de inviolabilidade, de direitos adquiridos vir à tribuna da Assembleia e rasgar aquilo que nós juramos respeitar.

Perde Vossa Excelência todo o direito, deveria ter descido da tribuna, porque ao acusar alguém de estar desrespeitando a Constituição e rasgá-la, Vossa Excelência perdeu todo o direito de continuar argumentando contra o desrespeito à Constituição, porque Vossa Excelência praticou aquilo que é pior, que é desrespeitar ao rasgar a Constituição dentro do Plenário na tribuna nesse Parlamento.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e gostaria de dizer a Vossa Excelência que quem tem desrespeitado a Constituição do Estado do Paraná, não é o Deputado Paulo Maia, quem

tem desrespeitado a Constituição do Estado do Paraná é o Governo que Vossa Excelência lidera e Vossa Excelência juntamente, porque tem medo de defender os interesses do povo do Paraná. Porque é pago para defender os interesses do Governador, (vozes paralelas) eu acho que Vossa Excelência devia ir ao Paraná pedir voto ao Governador e não ao povo do Paraná que o elegeu aqui nessa Casa, e quero dizer também a Vossa Excelência, que não pretendo ditar normas ao Governo de Vossa Excelência não, mas pretendo cumprir com o meu papel de fiscalizador dos interesses do Paraná, e tenho certeza que não vou pisar a Constituição como Governo do Paraná acobertado por muitos Deputados desta Casa, estão fazendo freqüentemente, aqui neste Plenário. Isto Vossa Excelência deveria, realmente, registrar. E não a sua preocupação em vir querer nos impingir aquilo que não é legal, aquilo que não é justo, aquilo que não é certo!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu não estou impingindo nada! Vossa Excelência é quem praticou o ato incorreto!

O SR. PAULO MAIA - É Vossa Excelência simplesmente tentar cumpri... Vossa Excelência simplesmente tentar encobrir "o sol com a peneira". Eu acho que essa é que é a grande realidade.

Nós queremos registrar a Vossa Excelência, também, que o que é direito é implícito. Vira concessão e princípios. E a escola do Paraná, a escola pública deste Estado está dando e vendendo lições de democracia, de como se faz democracia! E nós temos certeza que este exemplo de democracia que as escolas públicas do Paraná têm dado ao Governo do Paraná, nas últimas gestões, estão agora encomendando o Governo que Vossa Excelência representa nesta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Pela Ordem)

O Senhor Deputado Líder do Governo me imputou ódio ou destilação de ódio com relação à sua pessoa ou com relação à Bancada do Governo.

Eu peço que se reconsidere isso, porque eu não demonstro ódio algum, ou melhor, não me move ódio algum a Sua Excelência. Fraterno, confrade, inclusive, da religião católica, meu colega como sacristão da Igreja do Rosário, do tempo em que o Padre Gustavo era nosso Capelão. Tenho o maior apreço por Sua Excelência, desde os tempos de coroinha, Deputado Pessuti.

Agora, com relação ao que disse o Deputado Paulo Maia ou ao que fez o Deputado Paulo Maia, mais uma vez eu reafirmo que não vejo desrespeito no ato simbólico dele

rasgar a folha da Constituição, porque lembro mais uma vez de que mais importante que o símbolo, que o templo, é o senhor do símbolo, o motivo do símbolo, o senhor do templo. O povo, que havia conquistado o direito de designar os diretores das escolas, agora está submetido ao arbítrio do Supremo Tribunal Federal, porque o nosso Governador resolveu, certamente, usar isso também como uma forma de criação de assunto, neste Paraná tão sem assunto, ultimamente, que anda investindo só 6% dos recursos orçamentários em obras públicas, em fazer acontecer alguma coisa pelo bem comum.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, PMDB com a palavra. PT com a palavra. Concedemos a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero falar Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Nós encaminhamos à Mesa, há cerca de dois meses atrás, um requerimento no qual nós pedíamos que fosse acionada a Procuradoria desta Casa e que esta Procuradoria ingressasse com uma ação contra o Governo do Estado por crime de responsabilidade, principalmente pela publicação do Decreto que revogou a Lei da data base dos servidores do Estado do Paraná. Porque é inconstitucional. E no nosso entendimento, o Governo do Estado incorreu em crime de responsabilidade.

Então, eu peço à Mesa desta Casa que encaminhe o mais urgentemente possível este requerimento que nossa Bancada fez, até porque nós entendemos que temos a obrigação constitucional de zelar pelo efetivo respeito à nossa Constituição do Estado do Paraná.

E, para finalizar, eu me lembro que muitos coroinhas foram destituídos da função. Muitos deles, inclusive consumiam as hóstias, faziam banquetes com as hóstias da comunhão. Talvez nós tenhamos alguns casos aqui, nesta Assembléia, também disso.

Era isto, Senhor Presidente, obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Sua Excelência está imputando à nossa obesidade, a minha e do Deputado Pessuti, o consumo excessivo de hóstias. Desconhece Sua Excelência que as hóstias são feitas de pão sem fermento, sem levedo, de maneira que são absolutamente dietéticas, de maneira que não aceitaremos esta imputação desavisada da Bancada do PT.

Eu acho que Sua Excelência não é da ala do PT afeita à sacristia, deve ter uma outra ala, tem uma outra tendência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.
Com a palavra o PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós retornamos à tribuna para conversar acerca dos assuntos levantados pelo Deputado Paulo Maia, aparteado pelos Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Rafael Greca.

Entendo que este Parlamento não é de fato uma casa de espetáculos, para assistirmos aquilo que normalmente temos assistido, que nada mais é do que sessões circenses. Porque, entre uma decisão em caráter de liminar, proferida pelo Supremo Tribunal Federal e uma decisão, uma postura política do Governo, existe uma distância muito grande.

Desde que eleito foi Governador do Estado do Paraná, pela vontade maior do povo paranaense, e talvez isso ainda não seja aceito e assimilado por algumas pessoas deste Parlamento, o Governador Roberto Requião, em todos os momentos, assegurou, não só através da sua pessoa, mas através do ilustre Secretário da Educação, Pastor Elias Abrahão; através do Chefe da Casa Civil, Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana; assegurou àqueles que de fato hoje lideram, àqueles que de fato hoje representam, àqueles que de fato hoje, pela vontade deste segmento, representam a vontade do povo do Paraná.

E repito aqui que, em todos os momentos em que estivemos conversando com Sua Excelência o Governador, em nenhum momento o Governador colocou em discussão a não realização de eleições para diretores de escolas públicas do Estado do Paraná.

Inclusive - se não me falha a memória - a segunda quinzena do mês de novembro está reservada para que esta finalidade ocorra dentro do nosso Estado.

Agora, o que não podemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é continuar assistindo calados, discursos e mais discursos, imputando-se responsabilidades a este ou aquele, coisas que não aconteceram! E repito aqui, da mesma forma que se pede, que se cobra, que se admite e que se

permite que este Parlamento, ou qualquer segmento da sociedade, faça perante o Tribunal Federal, arguição de constitucionalidade, não se pode, sob qualquer pretexto, tolher o direito constitucional maior do Governador do Estado, de questionar esta ou aquela lei, este ou aquele dispositivo, do ponto de vista da sua constitucionalidade.

Deputado Paulo Maia, vamos aguardar o mês de novembro, vamos aguardar mais alguns dias, para vermos quais serão os passos que acontecerão, para depois Vossa Excelência vir aqui destilar ódio, ira, rasgar Constituição, porque o Governador deixou de fazer isso ou aquilo.

Até o presente momento, sobre este assunto - eleição de diretores - o Governador do Estado não arredou uma linha do seu compromisso, que era a eleição direta para os diretores de estabelecimentos. O que fez, apenas e tão somente, foi questionar se uma lei - a lei chamada "Rubens Bueno" - se ela está incorreta. Isto é uma obrigação do Governador, quando sobre qualquer instrumento jurídico, qualquer instrumento legal, pairar dúvidas, é obrigação dele arguir inconstitucionalidade ou buscar as informações.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Creio que, quando Vossa Excelência se refere ao espetáculo circense, creio que não é da minha parte que tem sido feito espetáculo circense.

E outra coisa que quero dizer a Vossa Excelência e que deixei já claro em outras ocasiões, quando me pronunciei inclusive a respeito do referido assunto, é de que se lei não representa aquilo que desejamos em termos de representatividade democrática, através do processo eletivo diretamente nas escolas, esta lei deveria ser emendada por este Parlamento; e não pedir a sua revogação sumariamente, como está no próprio pedido do Governo do Estado do Paraná.

Se a lei tem falhas, porque não corrigi-las aqui dentro? Isto quer Vossa Excelência dizer que, revogando a lei, e eu creio que não precisa ser um jurista ou um especialista em direito, para ter essa visão de que com a inconstitucionalidade, provavelmente o Governador do Paraná venha com decreto, onde ele tem autonomia sobre as escolas e não propondo até a eleição direta, mas quem sabe até uma eleição triplíce, onde ele possa garantir o seu direito de ficar, quem sabe, de três, o seu apadrinhado dentro das escolas do Paraná.

Gostaria até de estar errado nas minhas conclusões, e tenho certeza que não serão conclusões errôneas, mas assertivas.

Deus queira que as escolas públicas do Paraná, que seus professores não tenham

que assistir a isto que estou dizendo como acertiva a Vossa Excelência: que a inconstitucionalidade argüida pelo Governador do Estado, não venha lhe dar o direito de, através de decreto, determinar a eleição das escolas públicas do Paraná, revertendo o processo de uma eleição direta por uma eleição triptice ou coisa semelhante.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência mais uma vez não é feliz na argumentação que apresenta, porque Vossa Excelência sugere que o Governo do Estado remende, ajuste uma lei que está sob suspeição de inconstitucionalidade!

O Sr. Paulo Maia - Aprovada por Vossa Excelência e pelo ex-Governador da época.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concorde com Vossa Excelência, mas somos passíveis de cometer erros do ponto de vista da constitucionalidade, e é isso que o Governador Roberto Requião não está querendo cometer: um erro, de permanecer aplicando uma peça que possa ter vícios, possa ter atos inconstitucionais no seu conteúdo.

Então, Vossa Excelência pede que nós consertemos uma coisa que está sob suspeição, que está com dúvidas. Então, antes de consertarmos, vamos ver quais são os erros que ela tem do ponto de vista da constitucionalidade.

Deputado Paulo Maia, se até a data das eleições, não for possível elucidarmos de vez a questão desta lei, com toda certeza as eleições terão que acontecer sob a égide de um decreto governamental, porque não existe outra maneira de votarmos outra lei nesta Assembléia, quando uma outra já existe e está sendo questionada.

Então, o decreto em caráter excepcional, poderia ser utilizado para que este feito - a eleição dos diretores - acontecesse dentro daquilo que pretende o Governo, e dentro daquilo que exige a população dos funcionários públicos estaduais.

Agradeço a atenção, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero agradecer aos meus colegas Alga-ci Túlio, Albino Corazza, Cesar Silvestri e Emília Belinati, a minha indicação para Líder da Bancada do Partido de Leonel Brizola nesta Assembléia.

E quero, sobremaneira, dizer que nós não estamos de graça no processo político. Nós viemos para esse processo político onde tantas vezes a luz que ilumina a esfera

pública, acaba iluminando com crueldade até nossa vida privada, a nossa forma pessoal de ser. Nós viemos para esse processo político exatamente para tentar mudar as coisas neste País.

Por isso, não me move qualquer ódio, mas me move muita indignação. Daí eu me associar ao gesto do Deputado Paulo Maia agora há pouco feito nesta tribuna, de exortação ao Governo do Estado no sentido de que não atente contra a eleição dos diretores das escolas públicas estaduais, que é um direito assegurado, que é uma lição de democracia, que é uma prática já consolidada e aceita pela sociedade paranaense.

Por isso também a nossa permanente exortação ao Senhor Governador do Estado, de que procure efetivamente investir no futuro do Paraná, na consolidação das cidades do interior, na realização de obras de bem comum. E abandone este "governo-espetáculo", este governo onde o governante age como uma espécie de "Polichinelo" de Pirandelo, que cada dia usa uma máscara; cada ocasião se serve de um cenário; em cada momento faz acender um anúncio luminoso. A exemplo do que fazia o Presidente Collor - até ter se gastado o seu "marketing" - de colocar no peito, na camiseta, a orientação governamental da semana.

Governar não é escrever "script" para o "Fantástico, o Show da Vida". Governar um Estado, no atual quadro da vida brasileira, também não é produzir comerciais para a televisão, procurando manter na mídia o nome, como se fosse uma espécie de espuma sem substância, sem raízes.

O Brasil precisa de homens públicos investidos de responsabilidade.

A nossa cidade vai infelicitada por uma extensa invasão, onde a Prefeitura pretendia instalar o projeto dito FERROVILA. Mandamos a COHAB de Curitiba fazer o recenseamento, porque não íamos mandar a polícia contra o povo, mesmo porque eu mesmo já assinei várias cartas de solidariedade às famílias que não têm onde morar.

Uma inclusive, que o PT se encarrega de multiplicar, espalhando nas vilas até como se fosse uma espécie de escritura autorizatória de invasão.

Agora, o que nos trouxe à dolorosa realidade do recenseamento feito no espaço da FERROVILA? Que nem 30% dos barracos estão ocupados. Que os barracos foram todos, 70% da sua extensão, fabricados como uma espécie de cenário, aonde títeres manipulados - não se sabe ainda por quem - manipulados por interesses que querem esmagar e complicar a história da cidade, construíram o cenário da sua glória efêmera. Isto é loucura! Isto é pregação do

caos social! Isto é destruição das possibilidades de construção do bem comum deste País!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, pretendo exercer a liderança do PDT, iluminado pelo exemplo histórico do nosso presidente nacional, Dr. Leonel Brizola que, sempre que pode, nos exorta a limpar os campos da política brasileira das ervas daninhas que atrapalham a sementeira capaz de dar a boa colheita da salvação deste povo.

O País é grande. O povo é bom. A história nos tem sido perversa, porque a consciência do povo não tem sido desenvolvida no sentido da busca da boa política.

Vejo com tristeza no jornal que o novo partido que se desenha no quadro político do Paraná tem o propósito de ser contrário ao Senhor Lula, ao Senhor Quêrcia e ao Doutor Brizola. Imagino o seguinte, que quem não tem ideia é que precisa ser contrário a alguém. Porque quem tem ideias, trata de trazer o povo para junto de si, ao invés de jogar o povo contra os outros.

A nossa cidade de Curitiba, pela prática de poder do PDT aqui exercida, é um exemplo de que quando há reta intenção, o bem comum pode ser alcançado e a utilização do serviço público pode também ser alcançada.

Aliás, este País vive perdido. Cada dia tem uma história. Uma história, um objetivo fantasioso a ser perseguido. Agora é moda se falar na tal modernidade. O que é modernidade? Por exemplo, seríamos nós modernos para os dias da idade média, mas será que para os que vierem depois de nós já seremos antigos? O que a tal modernidade que o Brasil precisa perseguir entregando as suas empresas estatais como a USIMINAS, por exemplo, a preço de banana e bem depressa para ficar na moda, para ficar "a giornato". O que é a modernidade? Olha, eu sonho com a modernidade sueca, ou francesa, onde toda criança como todo dia, onde todo trabalhador pode encher o seu carrinho do supermercado sem que lhe desapareça o salário das mãos, onde toda pessoa tenha direito de igualdade de oportunidades assegurada pela sociedade, isso é modernidade. O Brasil moderno passa de um País feito para nós, para os nossos filhos, para os que virão depois de nós. O Paraná moderno não pode ficar afeito ao script de uma super produção de televisão permanentemente encenada pelo Palácio Iguazu. O Paraná moderno passa por cada um dos investidos de responsabilidade pública cuidando efetivamente naquilo que lhe compete e não cuidando de destruir os outros. Aliás, neste Paraná onde a SANEPAR não investe em Curitiba há 30 anos, onde a água vai tão suja que outro dia eu trouxe um vidrinho de água de Curitiba aqui e pensa-

ram que eu iria propor exame de urina coletivo ao Parlamento da Assembléia. Neste Paraná aonde a SANEPAR no dia que chove muito corta a água porque diz que os mananciais foram contaminados, no dia que chove pouco corta a água porque diz que a seca assolou, neste Paraná onde no escritório da SANEPAR estão se realizando reuniões políticas de ingerência do meu partido, o PDT. Preocupam-se eles, o Senhor tutor da SANEPAR em tentar dominar o processo político do PDT o que é absolutamente anti-democrático. A minha visão é que cada um procure fazer a sua parte nessa quadra da vida brasileira, aí nós não nos precisaremos preocupar com o gesto mínimo de quando se rasga a Constituição porque nós efetivamente não precisaremos distrair a atenção do público para tanta gente que morre nas ruas, crianças inclusive que morrem nas ruas por abandono e por omissão, nós não teremos que distrair a atenção do povo para a triste realidade da própria vida do povo. Eu pretendo transformar o exercício desta liderança numa cruzada contra o estado "bufão", o Brasil não pode mais ter governantes bufões. O Brasil não pode mais ser uma república de "polichinelo", o Brasil precisa ter soluções concretas nascidas de cada brasileiro, de todos os brasileiros para a busca do País que nós merecemos que desastrosamente não é o País que nós temos. Não esse País de D. Zélia desdobrando seus lençóis na mídia nacional, para que se vejam as marcas e as ranhuras da noite que passou. Não esse País do Diretor da SANEPAR preocupado em jogar a sujeira na água da cidade nas convenções do meu Partido, mas um País efetivamente preocupado no resgate dos compromissos de honra que devem nortear a função pública em qualquer momento, de qualquer história bem escrita.

Deputado Ernani Pudell, desculpe-me, não lhe posso dar o aparte porque já encerrou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PRN.

(Declina).

Com a palavra o PSDB.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n. 151/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, jus-

tificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 23 e 24 do corrente mês, em virtude de acidente ocorrido com seu filho. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n. 368/91, subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zamusso, constante do expediente, solicitando para que sejam abonadas suas faltas nas Sessões Plenárias dos dias 14, 15, 16 e 17, próximo passado, em virtude do cumprimento de visitas a vários municípios de sua região eleitoral. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício subscrito pelos Senhores Deputados Albino Corazza, Rafael Greca, Emília Belinati e Algaci Túlio, constante do expediente, designando o Senhor Deputado para ocupar a liderança do PDT. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 16 passado, por motivo de contato com Autoridades Estaduais, juntamente com lideranças comunitárias, visando o encaminhamento de soluções para vários problemas trazidos por estas lideranças. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n. de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 124/91, torna obrigatória a inclusão do Tipo Sanguíneo e Fator RH nas Cartelas de Identidades e Habilitação. Aprovado. (Public. no DA. n. 31 de 09.04.91).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 294/91, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Pato Branco, os imóveis que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 89, de 05.08.91).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 346/91, de autoria do Deputado RENATO

ADUR, declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA PRAIA, da Ilha do Mel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 349/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO DO MENOR CARENTE - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 046/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, autoriza a realização de plebiscito no Município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas adiante especificadas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 478/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 100/91, que dispõe sobre a remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 99 de 19.08.91).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 381/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e outros, fica regulamentado o artigo 17, inciso IV, da Constituição Estadual e adota outras providências, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 106, de 29.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 381/91 P A R E C E R:

Visando a regulamentação do art. 17, Inciso IV, da Constituição Estadual, os Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, apresentaram o presente Projeto de Lei, onde são definidos critérios gerais para a criação, organização e supressão de Distritos.

O texto, como se apresenta, atende plenamente seus objetivos, sem ferir o princípio constitucional da autonomia municipal, bem como qualquer outro preceito de natureza constitucional ou legal, observando, ainda, boa técnica legislativa, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE à

sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 423/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e outros, prorroga o prazo de que trata o artigo 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. nº 117, de 18.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 423/91

PARECER:

Autores: Deputado Albino Corazza e outros

SÚMULA: Prorroga o prazo de que trata o Art. 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o parágrafo 1º do Art. 1º, da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992.

O Plano de Lei, em exame, visa adequar a Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991 à Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, para a criação de municípios e suas alterações territoriais, de forma a permitir que tal se realize até o dia 1º de maio de 1992.

Não havendo nenhum óbice constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator.

Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para discutir, Senhor Presidente. (Assentimento).

Vossa Excelência coloca em discussão o 423/91, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim, está em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o projeto do Ilustre Deputado Albino Corazza e outros, pretende prorrogar o prazo de que trata o Artigo 7º da Lei Complementar 56, de 18 de fevereiro de 91, que é a Lei Complementar do Paraná que dispõe sobre a criação, fusão, desmembramento de municí-

pios.

Eu já tive, em oportunidades anteriores, me manifestado, primeiro: que votei contra o projeto que resultou na Lei Complementar 56, porque acho-a muito sucinta, muito simplista, simplificou demais, no meu entendimento, a criação de novos municípios, tanto assim que a exigência, podemos dizer, única e maior da Lei 56 é que o município, o distrito que pretenda emancipar tenha cinco mil habitantes quando na Lei Complementar Federal 01/67, anterior à Constituição, dizia no seu artigo segundo que a população devia ser de dez mil habitantes além de outras exigências, a manifestação, por exemplo, das câmaras municipais envolvidas, das chefias dos executivos, da questão financeira, da condição econômica e financeira do distrito em transformar-se em município, tanto assim que ao longo dos anos esta Casa criou pouquíssimos municípios até o advento da Lei 56 ou até a Nova Constituição Federal de 88, e, posteriormente, a nossa.

Dá esta Casa contar com um número muito grande de projetos de criação de novos municípios.

Não podemos deixar de dizer que, atendendo a uma tendência da maioria desta Casa, houve como que um entendimento entre as lideranças de bancadas de não se alterar a Lei 56, possibilitando, desta forma, a criação de tantos municípios, mas ninguém sabe nesta Casa o número certo desses projetos, se teremos a partir do ano que vem 40 ou 50 novos municípios, até me preocupa, como será o futuro mapa do Paraná a partir do ano que vem, pois bem o Projeto de Lei do eminente Deputado Corazza, pretende alterar o artigo 7º da Lei 56, que em síntese, diz dispor que somente, está aqui o projeto do ilustre Deputado - o artigo I: ficar prorrogado o prazo que trata o Artigo 7º da Lei Complementar 56, diz o Artigo 7º, a criação de municípios e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao da eleição municipal, pois bem o que pretende o Deputado Corazza em seu projeto é prorrogar, permitir que esta Casa continue apreciando matérias, projetos de criação de municípios até maio do ano que vem.

Eu não poderia deixar de discutir, Senhor Presidente, estou sendo até coerente com o que tenho me manifestado em outras oportunidades, entendendo até que alguns argumentos do fracionamento das áreas do Estado, até a emancipação de algumas comunidades que pretendem a sua emancipação é natural que a população das comunidades às vezes mal administradas, esquecidas muitas vezes, distritos esquecidos pelos seus prefeitos respectivos, almejam, desejam a sua independência administrativa,

queiram criar o seu município, porque entendem que tendo o seu prefeito, os seus vereadores, embora pequena a comunidade, terão sem dúvida uma administração melhor.

Em alguns casos eu concordo, mas como não foi possível a alteração da Lei 56, como a exigência quase que fundamental, para a criação de municípios é a de que tenha uma população de 5000 habitantes, eu acho isso muito pouco e agrava-se ainda o fato de que quem, declara o órgão competente para dizer o número de população no distrito é o IBGE.

Agora há entendimentos aqui no Paraná que um órgão estadual o IPARDES também passa a ter competência e parece-me até por decreto do Senhor Governador. Com isto, Senhores Deputados quero vir aqui declarar o meu voto contrário ao projeto do ilustre Deputado Corazza, conhecendo sobejamente que, alguns municípios devem ser criados, instalados, mas que esta Casa deve tomar maiores cuidados.

Nós estamos em outubro, teremos daqui a um mês e pouco, o período de recesso e não vai se fazer nova lei, mesmo que os Senhores Deputados e as lideranças entendessem alterar a lei complementar 56, a que me refiro.

Portanto, a forma que eu vejo e que me é possível para segurar um pouco ou impedir que ainda um número maior, sabe Deus, de quantos municípios ainda teremos que votar até maio do ano que vem, é votar contra o projeto do Deputado Corazza.

Não sei das pretensões do ilustre Deputado Carazza e outros parlamentares com os quais convivo nesta Casa e alguns deles há longos anos.

Não tenho a pretensão direcionada a nenhum município ou distrito, não tenho nada contra a iniciativa de qualquer criação de município, mas vejo que, esta Casa deve examinar e nós temos muito tempo para isso, porque a lei atual, só falta dizer no artigo 1º desta lei, que todas as comunidades que tenham cinco mil habitantes são consideradas municípios. Não é preciso fazer consulta plebiscitária ou coisa alguma, nem saber se tem condições econômicas. É até lamentavelmente, Senhores Deputados, não vi, não é do meu conhecimento, nenhuma manifestação da Associação dos Municípios do Paraná, que reclama tanto quanto ao fundo de participação que vem caindo e a criação dos municípios da forma que se faz no Brasil atualmente vai de encontro aos interesses, fere os interesses dos municípios existentes. Por isso, Senhores Deputados, o que eu posso fazer e entendo que esta Casa deva fazer, nada contra, nem sei se o Deputado Corazza pretende criar novos municípios ou qualquer colega, mas eu voto contra o projeto porque esta Lei n. 56 deve, no meu enten-

dimento, ser reexaminada.

O Sr. Nelson Justus - Vossa Excelência me concede um aparte, por favor?
(Assentimento).

Eu quero cumprimentá-lo pela exposição que Vossa Excelência bem fez, principalmente pelo equilíbrio com que se manteve ao analisar um assunto de tamanha envergadura. Eu também sou da mesma opinião que Vossa Excelência. Acho que nós como Deputados devemos tomar o máximo cuidado, a maior cautela, para a criação de novos municípios, principalmente no que diz respeito a ouvida da Associação dos Municípios, às Prefeituras, às Câmaras de Vereadores, à comunidade em si, como um todo, para evitar que realmente esses municípios se proliferem sem quaisquer condições de terem continuidade e o que é mais importante, até que efetivamente sejam apresentados regulamentações ou projetos de lei no que diz respeito a uma modificação da Lei 56, para que se evite, inclusive, um acúmulo excessivo de reclamações de interpelações no próprio Poder Judiciário, é o que efetivamente hoje ocorre. Eu acompanho a opinião de Vossa Excelência como também o voto, de igual maneira que Vossa Excelência profere neste instante e conclamo para que esta Casa tome o máximo cuidado, a máxima cautela para que nós terminemos este ano obedecendo o que prevê, o que preconiza, a Lei 56 no seu Artigo 1º.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Deputado Nelson Justus, já se manifestou acerca deste assunto recentemente, propondo-se inclusive a estudar uma proposta nesta Casa de alteração da Lei 56.

O Sr. Nelson Justus - Devo ingressar segunda-feira nesta Casa com um projeto de lei sobre este assunto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Perfeitamente, mas como nós estamos em outubro, como já disse, e concluindo, agora imagine Vossa Excelência como agirá o TRE na questão do documento legal, competente para dizer da população, se o IBGE ou se é o IPARDES? Como ficaremos? Senhor Presidente, eu não poderia deixar de cumprimentar o ilustre Deputado Rafael Greca por assumir a Liderança de seu Partido nesta Casa, substituindo o ilustre Deputado Geraldo Cartário que também com brilhantismo soube dignificar a sua Bancada nesta Casa. Deputado Rafael Greca conhecemos muito bem a sua larga cultura, orador brilhante, homem correto, de posições firmes nesta Casa, sem dúvida alguma saberá conduzir a sua Bancada com inteligência, capacidade, tão peculiar na sua carreira política e sua

presença nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ALBINO CORAZZA - (Para encaminhar)
Ouvindo o pronunciamento do nobre Colega Basílio Zarusso que respeitamos muito, queremos dizer a todos os nobres colegas que este projeto de Lei não pretende modificar nenhum requisito para a criação de novos municípios. Não está sendo discutido aqui, se os Municípios que estão sendo criados ou que foram criados mereciam ser transformados em municípios, autônomos ou não. O que estamos pretendendo é adequar a Lei Complementar Estadual n. 56 vigente à Lei Federal aprovada agora em julho de 1991.

Pela Lei Federal que regulamenta as eleições do ano que vem se afirma que haverá eleições em todos os municípios criados até 1º de maio de 1991. Nós pretendemos adequar esta Lei Estadual a Lei Federal e dar oportunidade aos projetos que já foram aprovados nesta Casa, autorizando plebiscito, comunidades que vão ter plebiscitos agora em novembro, outros projetos que estão para ser votados nesta Casa que possam ser concluídos, porque senão, vamos causar uma expectativa falsa e uma frustração, nessas comunidades que se mobilizaram, aprovaram a criação do município e o mesmo vai ficar pendente mais quatro anos.

Nós, numa outra oportunidade, queremos abertamente discutir aqui com os Nobres Colegas a questão da vantagem de emanciparmos ou não destas comunidades. Até se questiona, se o Paraná está sendo tão discriminado pelo Governo Federal. Pela nossa legislação atual, o retorno Federal a cada Município ao mês, independente do seu tamanho, o retorno federal é mínimo. Minas Gerais que tem 1000 municípios recebe três vezes mais de retorno do Fundo de Participação ao mês do que o Paraná que tem 300 e poucos municípios. É apenas uma questão.

A nossa colocação é que, aprovando este Projeto de Lei, nós não vamos discutir e modificar nada na criação dos municípios: apenas dar prazo suficiente para que os projetos em andamento sejam conclusos e as comunidades mobilizadas não sejam frustradas.

Muito obrigado.

O SR. EDSON SILVA LINO - (Para encaminhar)
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Edson Lino.

O SR. EDSON SILVA LINO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna é justamente

para parabenizar o Deputado Corazza pela iniciativa do Projeto de Lei alterando os prazos, até porque existe um pensamento generalizado de que criação de município traz dificuldades às suas comunidades. Isso não é verdade. E com essa timidez de criar o município, com este pensamento, o Paraná tem perdido muito.

Rio Grande do Sul, Minas Gerais, que não tiveram essa timidez, saíram na frente, criaram os municípios e estão com as suas receitas realmente na frente do nosso Estado. Portanto, eu vejo com bons olhos a criação de municípios.

Vejam os Senhores que a França, é 16 vezes menor que o Brasil, tem 97 Estados e 35 mil municípios. A Alemanha Oriental tem 18 cantões, que são iguais a Estados, tem 14 mil municípios. E o Brasil tem 27 unidades federativas e aproximadamente 4.500 municípios.

Então, essa timidez de se criar municípios, essa preocupação, nós sabemos que todos os países em desenvolvimento e que se desenvolveram, quer na América do Norte, quer na Europa, quer nos países socialistas, eles passaram necessariamente por uma descentralização do poder. E quanto mais próximo fica o poder das comunidades, mais fácil fica para governar, mais próximo fica para serem fiscalizados os poderes. O que precisa sim é mudar a legislação em termos de contratação de pessoal, até quantos salários, uma série de coisas, e porque não nas pequenas comunidades, que o salário do vereador, que vai uma vez por semana, duas vezes por semana, ou uma vez por semana legislar, não pode ser até, gratuitamente.

Portanto, eu vejo com bons olhos. Parabenizo o Deputado Corazza, não porque tem alguns municípios em tramitação, até por entender que estamos levando prejuízos porque dou como exemplo o Município de Grandes Rios e Rosário do Ivaí, onde tenho a minha base eleitoral. Grandes Rios era 1.6 o seu coeficiente de FPM, com a divisão do mesmo território ficou com 2.4. Portanto, ele teve um aumento de 0.8, o que equivale isso a mais de 12 milhões de cruzeiros só nessa área. E lá no Distrito de Rosário do Ivaí não tinha como criar um convênio de saúde com a Santa Casa de Misericórdia, que lá existe, porque era distrito, e, hoje, além do convênio que tem com a Santa Casa tem também um Hospital Municipal.

Portanto, a comunidade veio receber inúmeros benefícios com a criação do município. Eu vejo com bons olhos.

Parabéns, Deputado!

Estou com V. Excelência!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Se-

nhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. APROVADO.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 037/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA NETO, da nova redação ao artigo 1° da Resolução n° 14/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do município de Bragantina, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Publ. no D.A. n° 107, de 02.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 037/91

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em exame, de autoria do nobre Deputado Albino Corazza Neto, da nova redação ao artigo 1° da Resolução n° 14/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Bragantina, desmembrado-o do Município de Assis Chateaubriand.

A medida visa adequar a área do Município à área do Distrito Judiciário e Administração de Bragantina, criado pela Lei n° 5.489, de 31 de janeiro de 1967.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria.

Assim, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do referido Projeto de Resolução.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2815, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2804, 2805, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2813, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2802, 2803, de autoria do Senhor Deputado Antônio Amibelli, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2806, 2807, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2812, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Curitiba, quarta, em 23.10.91

Requerimento de n° 2811, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2820, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2821, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2778, de autoria dos Senhores Deputados Toti Colaço e José Tavares, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2788, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Quatorze aprovam.

Vinte e cinco rejeitam.

REJEITADO.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, foi rejeitado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 478/91.
do Projeto de Lei Complementar n° 381/91.
do Projeto de Lei n° 423/91.
e do Projeto de Resolução n° 037/91

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 427/91 e 449/91.

Levanta-se a sessão.